

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**

ANEXO 2

PROJETO DETALHADO

IDENTIFICAÇÃO

Título da Proposta: JUNTOS PELO ARAGUAIA – FASE 2

Proponente: Instituto Espinhaço – Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Socioambiental
CNPJ: 11.724.241/0001-08

Endereço: Centro Empresarial Liberty Mall
SCN Quadra 02 | Bloco D | Torre A | Salas 405 e 407
Brasília | DF
CEP: 70712-903
Telefone: (31) 3868-2362

Responsável pela Instituição Proponente:

Nome: Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira
CPF: 044.761.106-22 RG: M9.096.165
Endereço: SMPW Quadra 20, Conj. 01, Lote 3 – Brasília – Distrito Federal
CEP: 71.745-001
Telefone: 31 999293777
E-mail: institutoespinhaco@institutoespinhaco.org.br

Responsável pelo Projeto:

Nome: Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira
Endereço: SMPW Quadra 20, Conj. 01, Lote 3 – Brasília – Distrito Federal
CEP: 71.745-001
Telefone: 31 999293777
E-mail: institutoespinhaco@institutoespinhaco.org.br

Sumário

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	3
2. JUSTIFICATIVA	4
3. OBJETIVOS	6
4. METAS/PRODUTOS/RESULTADOS ESPERADOS	7
5. METODOLOGIA	8
MOBILIZAÇÃO SOCIAL INTEGRADA PARA ADESÃO DOS BENEFICIÁRIOS	9
ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÃO POR PROPRIEDADE	17
SELEÇÃO DE ÁREAS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS	17
PRODUÇÃO DE SEMENTES E MUDAS DE ESPÉCIES FLORESTAIS NATIVAS	17
PLANTIO E CERCAMENTO	19
AÇÕES DE CONSERVAÇÃO DO SOLO E ÁGUA	20
MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO	22
6. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS AÇÕES	23
7. PÚBLICO BENEFICIÁRIO	25
8. DETALHAMENTO DOS CUSTOS	26
9. LISTAGEM DE METAS/ETAPAS	27
10. BENS E SERVIÇOS POR META/ETAPA	28
11. LISTAGEM DE BENS E SERVIÇOS POR ELEMENTO DE DESPESA	28
12. PLANO DE APLICAÇÃO	29
13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	30
Tabela 5 – Cronograma de desembolso – 1.º ano	30
Tabela 6 – Cronograma de desembolso – 2.º ano	31
Tabela 7 – Cronograma de desembolso – 3.º ano	32
Tabela 8 – Cronograma de desembolso – 4.º ano	33
Tabela 9 – Cronograma de desembolso – 5.º ano	34
14. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS METAS/FASE	35
15. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	37
Gestão de Governança	337
Gestão de Riscos	37
Reporte de Monitoramento	38
16. FUTURO DO PROJETO	39
17. BIBLIOGRAFIA	41

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Instituto Espinhaço é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem o território brasileiro como origem e foco de atuação, desenvolvendo programas e projetos que integram os eixos de biodiversidade, cultura e desenvolvimento socioambiental com práticas inovadoras em âmbito local e abrangência global, atuando com redes colaborativas para promover impactos positivos, tendo as pessoas como centralidade. O Instituto Espinhaço foi um dos pioneiros no país na utilização da ferramenta de Gestão Integrada de Territórios, assim como foi precursor na aplicação de Soluções Baseadas na Natureza em larga escala, promovendo o engajamento social e a cidadania ativa, apoiando a economia do conhecimento, gerando trabalho e renda e fortalecendo o sentido de pertencimento, a autorresponsabilidade e a governança territorial, com ações que sejam efetivas, replicáveis e inovadoras. O Instituto Espinhaço possui membros em 7 (sete) estados brasileiros (MG, GO, MS, SP, SC, RN e RJ), também no Distrito Federal e em 13 (treze) países além do Brasil. O Instituto Espinhaço é membro da IUCN e do ICLEI e sua Diretoria Técnica é membro da Academia Brasileira de Ciências.

Na agenda ambiental, o Instituto Espinhaço desenvolve e implementa ações para o fortalecimento dos serviços ecossistêmicos, para recomposição florestal em larga escala na paisagem, conservação do solo e da água e a revitalização de bacias hidrográficas, apoiando os processos produtivos sustentáveis e o fortalecimento da infraestrutura verde, contribuindo no enfrentamento dos efeitos das mudanças do clima, suportando a Segurança Hídrica em regiões estratégicas, por meio da “produção de água” para o abastecimento público e sistemas produtivos, em convergência com a diplomacia ambiental internacional.

A revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia é um anseio de décadas para a população da região Centro-Oeste e revela-se como fundamental para o desenvolvimento dessa região. O Governo Federal e os governos estaduais daquela região entendem como imperativo inadiável a adoção de ações que possam apoiar a saúde hídrica nessa bacia. Portanto, a proposição do Instituto Espinhaço visando à recuperação ambiental da região do Alto Rio Araguaia está em plena sinergia com as premissas e propostas do Ministério do Desenvolvimento Regional, bem como alinha-se integralmente com o Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas, que visa ao desenvolvimento de ações integradas e permanentes para a promoção do uso sustentável dos recursos naturais, melhoria das condições socioambientais, aumento da quantidade e melhoria da qualidade da água para os diversos usos.

No contexto do programa Juntos pelo Araguaia, foram desenvolvidas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), em cooperação com o MDR, as Metodologias de Áreas Prioritárias do programa Juntos pelo Araguaia, resultando em cinco categorias, divididas em três escalas de prioridades (Muito Alta, Alta e Média). Nessa esteira, a presente proposta do Instituto Espinhaço contempla um total de 529.397 (quinhentos e vinte e nove mil, trezentos e noventa e sete) hectares dessas áreas prioritárias, com o objetivo de promover a recuperação ambiental nos 10 (dez) municípios selecionados pelo Instituto Espinhaço para receberem esta segunda fase do Projeto, tendo em vista que esse Instituto já está atuando em uma primeira fase, com recurso privados, contemplando 4 (quatro) outros municípios na região do Alto Rio Araguaia. Dessa forma, a implementação desta segunda fase atuará como complementação da fase já em curso.

2. JUSTIFICATIVA

O Juntos pelo Araguaia visa contribuir com a qualidade ambiental para o bioma Cerrado, biorregião estratégica para as principais bacias hidrográficas brasileiras, para o abastecimento público de milhões de brasileiros e para a viabilidade da produção de alimentos, com sua necessária ampliação. É no Cerrado que está assentado o desafio de produzir mais alimentos e, simultaneamente, promover a melhoria dos serviços ecossistêmicos desse bioma que hoje é o mais ameaçado do Brasil. De igual maneira, é de grande relevância que se possam produzir, difundir, implementar e replicar conhecimentos e tecnologias, em escala, demonstrando que a recuperação da vegetação nativa do Cerrado, em consonância com práticas adequadas de manejo e uso do solo, são fatores essenciais não apenas para a agenda ambiental, mas, também, para a agenda econômica da região e do país, impactando diretamente o fortalecimento da balança comercial brasileira.

O programa Juntos pelo Araguaia, apoiado pelo Governo Federal, foi estruturado como uma abordagem de resposta para a ameaça da degradação na Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia, uma degradação que compromete a segurança hídrica naquela bacia hidrográfica. O programa também foi organizado visando assegurar melhorias na qualidade de vida das populações da região, apoiando o desenvolvimento sustentável naquele território que possui forte aptidão agroindustrial, conjunto de atividades que estão intrinsecamente ligadas à disponibilidade hídrica. O Juntos pelo Araguaia propõe a revitalização ambiental no território da Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia, incluindo critérios técnicos de recomposição vegetal e também a sensibilização e o engajamento social, mobilizando a sociedade regional, que deve ser protagonista desse grande desafio. Fundamental destacar que o projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2 será implementado com base na visão integrada do seu território. Isso pressupõe que todos os arranjos semelhantes à proposta do Juntos pelo Araguaia serão mapeados nos processos de mobilização social e educação ambiental para a criação de uma rede cooperativa e colaborativa entre este Projeto e outras iniciativas que já estejam em curso e/ou programadas para a mesma região.

Embora a região Centro-Oeste possua período bem definido entre a estação chuvosa e o período de estiagem, o quadro de comprometimento da quantidade e qualidade das águas do Rio Araguaia é agravada com o uso intenso das suas águas para o abastecimento público, a irrigação do negócio agrícola e para outras atividades industriais. A contribuição das coleções hídricas existentes no conjunto da região da Bacia Hidrográfica está diminuindo severamente, ano após ano. Tal cenário deve-se, entre outros, pelo desmatamento irregular no território, além do comprometimento do solo e das matas ciliares e nascentes no território da Bacia Hidrográfica.

As atividades propostas pelo Instituto Espinhaço para a segunda fase do programa Juntos pelo Araguaia serão implantadas em 10 (dez) municípios do território da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Araguaia, no estado de Goiás, em continuidade às ações que estão em curso com a primeira fase do Programa que já foi iniciado pelo Instituto Espinhaço em 4 (quatro) municípios dessa região. Tais fases (1 e 2) compõem o conjunto de estratégias e ações previstas para o escopo total dos 10.000 (dez mil) hectares do todo do programa Juntos pelo Araguaia, conforme projeto executivo elaborado pela UFV. O estado de Goiás figura entre as 10 (dez) maiores economias do Brasil. No ano de 2018, a avaliação nacional mais recente, Goiás aparece como a nona economia brasileira, com um PIB de quase R\$ 198 bilhões (IMB/IBGE), o que representa 2,8% do PIB nacional. Sua renda *per capita* para o mesmo ano

foi de R\$ 28,6 mil reais (IMB/IBGE). Isso se deve à aptidão econômica do estado para o setor agropecuário.

De acordo com dados do IBGE (2019), a agricultura goiana vem se destacando nos *rankings* de produção nacional dos principais produtos agrícolas brasileiros, sendo o principal produtor de sorgo e tomate, e o segundo de cana-de-açúcar e alho. Em 2019, o estado também esteve entre os três maiores produtores de feijão, milho e algodão. Ainda, as pastagens goianas abrigam o 2.^º maior rebanho bovino de corte e também leiteiro do Brasil, com 22,8 milhões e 1,9 milhão de animais, respectivamente (IBGE, 2020). Ao todo, o agronegócio goiano movimentou US\$ 5,4 milhões no ano de 2019, representando quase 77% do total de exportações do estado no ano de 2019 (MAPA – AGROSTAT). No censo mais recente, de 2017, o setor empregava mais de 1,5 milhão de pessoas, sendo responsável por mais de 15% do total de empregos no estado (Ministério do Trabalho/RAIS). A riqueza que vem do uso do solo goiano é refletido no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de seus municípios, com média para o ano de 2017 de 0,763, considerada “alta” (IBGE/IPEA), e na taxa de alfabetização de 95% de sua população no ano de 2019 (IBGE/PNAD). Conforme citado anteriormente, o estado se posiciona como o 2.^º maior produtor de cana-de-açúcar (76 milhões de toneladas), consequentemente, o 2.^º maior produtor nacional de etanol, cuja produção na safra 2017/2018 atingiu 4,6 bilhões de litros, sendo assim o 4.^º maior produtor de açúcar do país, com 2,3 milhões de toneladas.

Com todo esse potencial agropecuário, aliado à singularidade do bioma Cerrado e sua capacidade de resiliência às mudanças climáticas, torna-se imprescindível a criação de uma rede colaborativa formada pelo Governo Federal, pelo Governo do Estado de Goiás, pela iniciativa privada, pelos municípios e pela sociedade civil organizada para fomentar e implantar um amplo programa com ações integradas para o fortalecimento da segurança hídrica e a governança das águas, especialmente, no território da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Araguaia, fomentando o manejo correto das áreas produtivas, em que a água e o solo são elementos fundamentais para manutenção e possível expansão das atividades. Sem a disponibilidade da água, o abastecimento humano e a indústria agropecuária de toda a região estarão comprometidos, assim como outros nichos industriais. Importante reafirmar que o projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2, proposto pelo Instituto Espinhaço, integra o conjunto de ações delineadas pelo programa Juntos pelo Araguaia (MDR- Governo de Goiás-Governo de Mato Grosso) com seus 10.000 (dez mil) hectares de áreas a serem recuperadas nos 5 milhões de hectares de área de abrangência para a região do Alto Rio Araguaia, em Goiás e Mato Grosso.

Para a execução do projeto Juntos pelo Araguaia nesta segunda fase, o Instituto Espinhaço contará com seu corpo técnico, que está listado no item 1 do Anexo 1 desta Proposta, bem como com o apoio técnico dos seguintes membros da organização: Bernardo Gontijo (Biólogo, PhD em Desenvolvimento Sustentável), Diomira Maria Faria (Doutora em Economia), Fernando de Araújo (geógrafo, PhD em Ciências Ambientais), Igor Rodrigues de Assis (engenheiro agrícola, PhD em Geoquímica Ambiental), Geraldo Fernandes (biólogo, PhD em Ecologia Evolutiva e Biodiversidade), Lairson Couto (engenheiro agrônomo, PhD em Ciência do Solo), Luiz Oosterbeek (PhD em Arqueologia, coordenador da Cátedra UNESCO de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território), Nanuza Luiza de Menezes (PhD em Ciências Biológicas), Saulo Pinto Coelho (PhD em Direito), entre outros.

3. OBJETIVOS

Objetivo geral

Promover a conservação do solo e da água e a recomposição da vegetação nativa em 3 mil hectares no território da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Araguaia, no estado de Goiás, visando ao aumento da disponibilidade de água com qualidade e em quantidade para o fortalecimento dos serviços ecossistêmicos, contribuindo com a segurança hídrica para viabilizar o abastecimento humano nas cidades, para as atividades industriais e, também, para suporte ao agronegócio e ao desenvolvimento rural sustentável.

Objetivos específicos

- a) Sensibilizar, mobilizar e engajar proprietários, produtores rurais e lideranças sociais para a adesão à causa da revitalização de bacias hidrográficas, utilizando a adaptação de linguagem e de conteúdo transformador de Educação Ambiental aplicando a pedagogia da restauração e a cidadania pelas águas, promovendo a implantação de projetos adaptados às realidades de cada propriedade rural, gerando efeito de escala na paisagem, com ações integradas de recomposição da vegetação nativa e de conservação do solo e da água, em áreas de preservação permanente e outras apontadas como prioritárias para a “produção de água”, viabilizando, entre outros, a adequação ao CAR-PRA, a promoção da autorresponsabilidade, a percepção dos dilemas no âmbito das microbacias, bem como a proposição de soluções compartilhadas, a cidadania ativa e o fomento à governança dos territórios hídricos na Bacia Hidrográfica no Alto Rio Araguaia.
- b) Elaborar e implantar projetos de recomposição da vegetação nativa e conservação de solo e água em áreas rurais na Bacia Hidrográfica do Alto Rio Araguaia, perfazendo um total, nesta segunda fase, de 3 mil hectares de áreas recuperadas, promovendo a contenção de processos erosivos e o fomento ao manejo florestal sustentável, apoiando a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, bem como, a identificação com a agenda agrícola sustentável associada ao fortalecimento dos serviços ecossistêmicos, com as soluções baseadas na natureza, gerando postos de trabalho e renda, com base na cadeia da restauração florestal, ressignificando o capital humano na região do Alto Rio Araguaia, para uma transição de modelo de desenvolvimento embasado pela Economia do Conhecimento;

Atendendo o ITEM 3. DO ESCOPO DOS PROJETOS, SUBITEM 3.1, os eixos temáticos de escopo do projeto são: “Manejo Florestal Sustentável”, “Proteção e Recuperação de Áreas de Preservação Permanente” e “Contenção de Processos Erosivos”.

- c) Executar o monitoramento e a manutenção de 3 mil hectares de áreas em processo de recuperação, com o objetivo de configurar a efetividade das intervenções ambientais realizadas no território do projeto Juntos pelo Araguaia, visando, também, gerar replicabilidade dessas ações em outros territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia.

4. METAS/PRODUTOS/RESULTADOS ESPERADOS

Tabela 1 – Metas, produtos e resultados esperados

METAS	PRODUTOS	RESULTADOS
Sensibilizar, mobilizar e engajar proprietários, produtores rurais e lideranças sociais para a adesão à causa da revitalização da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Araguaia, restaurando 3 mil hectares com a recuperação ambiental realizada até o quinto ano de Projeto.	Proprietários e produtores rurais sensibilizados, mobilizados e engajados nas comunidades dos 3 mil hectares das áreas cedidas para recuperação ambiental.	Adesão dos proprietários e produtores rurais ao programa e cessão de áreas para as intervenções propostas com projetos individualizados em suas propriedades.
Elaborar e implementar projetos de recomposição da vegetação nativa e conservação de solo e água no território da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Araguaia, perfazendo um total, nesta segunda fase, de 3 mil hectares de áreas recuperadas, até o terceiro ano de Projeto.	Banco de projetos de intervenção equivalente a 3 mil hectares.	Projetos de implementação elaborados e executados contendo com ações de contenção de processos erosivos, apoio ao manejo florestal sustentável e proteção e recuperação de áreas de preservação permanentes, prioritariamente de nascentes e áreas de recarga de aquíferos, elaborados e executados.
Executar o monitoramento de 3 mil hectares de áreas em processo de recuperação, com o objetivo de configurar a efetividade das intervenções ambientais realizadas no território da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Araguaia até o quinto ano de Projeto.	Registro da aferição das ações de recuperação ambiental, demonstrando a efetividade desses processos.	3 mil hectares de áreas em processo de recuperação monitoradas, comprovando a efetividade das intervenções ambientais, visando à replicabilidade das tecnologias e à geração de conhecimento sobre a recuperação de bacias hidrográficas no bioma Cerrado.
Realizar a manutenção de 3 (três) mil hectares das áreas em processo de recuperação, até o quinto ano de Projeto, com o objetivo de garantir a eficiência no processo de recuperação ambiental das áreas beneficiadas na Bacia Hidrográfica do Alto Rio Araguaia.	Registro da efetividade das ações de tratos culturais nas áreas em processo de recuperação ambiental.	3 mil hectares de áreas adequadamente recuperadas, na Bacia Hidrográfica do Alto Rio Araguaia com manutenção realizada.

5. METODOLOGIA

O eixo central da metodologia desenvolvida pelo Instituto Espinhaço é fundamentado na experiência comprovada com a gestão e execução, pelo Instituto, das maiores iniciativas em curso no Brasil nesta agenda, além de incorporar elementos de pesquisas científicas e as mais modernas tecnologias utilizadas na recomposição da vegetação em larga escala e em processos de conservação de solo e da água.

O escopo do referencial metodológico proposto para o projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2 está fundamentado em um arranjo integrado de ações que visam despertar nos produtores rurais e nas lideranças sociais no território da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Araguaia o significado, a compreensão e a didática sobre as temáticas de revitalização de bacias hidrográficas, recuperação de áreas degradadas, manejo florestal sustentável, contenção de processos erosivos, recuperação de áreas de preservação permanente, engajamento social, afirmação territorial, adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, recomposição da vegetação nativa do bioma Cerrado, entre outras, visando atender aos requisitos do **ITEM 3. DO ESCOPO DOS PROJETOS, do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 01/2021 SNSH-MDR.**

Este arranjo de ações que percebem o território de forma integrada e sistêmica é composto de um roteiro que permitirá a efetivação com sucesso das metas, produtos e resultados do Projeto, sendo: 1 - mobilização social integrada para o engajamento ativo dos produtores rurais, visando ressignificar a percepção ambiental no território, bem como a relação entre pessoas e natureza, com destaque para as águas, trabalhando a construção de soluções cooperadas e compartilhadas com base nos conceitos de governança e de territórios hídricos; 2 - elaboração e implementação, junto com os beneficiários, de projetos de recuperação de áreas degradadas, sendo que cada projeto será elaborado à luz dos cenários encontrados em cada propriedade rural, criando um efeito de escala na paisagem; 3 - execução de monitoramento integrado e identificação da realidade das áreas em processo de recuperação ambiental para a definição das ações de manutenção adequada e customizada, com o objetivo de garantir a efetividade dos processos de recuperação da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Araguaia.

De forma objetiva, a metodologia para adesão dos beneficiários/proprietários rurais permitirá, além da captação das áreas para os processos de recomposição da vegetação nativa e conservação do solo e da água, a mobilização institucional e o fortalecimento de capacidades do público-alvo direto e indireto. Ou seja, a Meta 1 da proposta contempla conquistar áreas para implantação das premissas escolhidas para compor três eixos temáticos do Projeto.

Os processos de Elaboração e Implementação de Projetos por Propriedade (Meta 2) serão iniciados assim que as primeiras áreas foram identificadas, prospectadas e selecionadas no contexto da adesão dos proprietários. Nesse processo, são executadas as ações de validação técnica das áreas para as ações de recomposição da vegetação nativa e conservação do solo e da água. Uma vez validadas, as áreas receberão as intervenções para implementação, conforme técnicas que serão apresentadas nesta metodologia.

Por fim, as áreas implementadas receberão as ações da Meta 3, que são Monitoramento e Manutenção, a fim de certificar que as ações de implementação foram efetivadas em conformidade técnica (por meio do monitoramento), desenvolvendo ações de melhorias (por meio da manutenção)

e da continuidade dos processos ecológicos que contribuem com a segurança hídrica das áreas implementadas, tanto direta quanto indiretamente.

Desta forma, apresentamos o detalhamento da metodologia proposta para os eixos temáticos I, II e IV do item 3. ESCOPO DOS PROJETOS do referido edital, em sinergia com o **ITEM 3 do ANEXO 3 – DETALHAMENTO DE CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**, onde informa que “*As etapas consistem de atividades que levam ao alcance das metas;*”.

a. MOBILIZAÇÃO SOCIAL INTEGRADA PARA ADESÃO DOS BENEFICIÁRIOS

A proposta metodológica de sensibilização, mobilização e engajamento de proprietários, produtores rurais e lideranças sociais para a adesão à causa da revitalização de bacias hidrográficas do projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2 atuará com base na estratégia de gestão integrada dos territórios para o fortalecimento de processos de Educação Ambiental, com apoio da Comunicação Social adaptada em sua linguagem e em seus conteúdos. Essa ação atende à Meta 1, etapa 1 e será executada durante todo o período de duração do Projeto, ou seja, 60 meses. Para o projeto Juntos pelo Araguaia, o produtor rural não é apenas o produtor de alimentos, mas também o produtor de serviços ecossistêmicos. Assim, o engajamento criativo no processo de mobilização social integrada será implementado de forma sistêmica nas comunidades urbanas e rurais.

A Educação Ambiental visa ao fortalecimento de capacidades dos produtores rurais e das comunidades, trabalhando com as temáticas centrais do projeto Juntos pelo Araguaia, como a Produção Sustentável e a Segurança Hídrica, adotando conteúdos específicos para os diferentes públicos no bojo das comunidades.

A Comunicação Social atuará na difusão do projeto Juntos pelo Araguaia e produzirá os materiais que acompanharão as ações de mobilização direta, mobilização institucional e de Educação Ambiental. Ademais, a Comunicação Social trabalhará também os materiais físicos de divulgação do Projeto e alimentará os canais digitais com conteúdos informativos e educativos.

a.1 - Mobilização direta

Com base nas informações e nos registros existentes, tais como os planos diretores de bacias hidrográficas e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), é possível estruturar um conjunto de informações geoespaciais para identificar as áreas com déficit de APPs, áreas degradadas, áreas com necessidade de reflorestamento e áreas de mananciais de abastecimento público. Além disso, há também o estudo de definição de Áreas Prioritárias para Recuperação Ambiental na Bacia do Rio Araguaia, elaborado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), em 2020, como se observa nas Figuras 1 e 2 (abaixo). Conforme **ITEM 8 do Anexo 3 – DETALHAMENTO DE CRITÉRIOS DE JULGAMENTO do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 01/2021 – SNSH-MDR**, as áreas a serem recuperadas estão localizadas em áreas de recarga para a conservação da segurança hídrica, conforme demonstrado nos mapas a seguir:

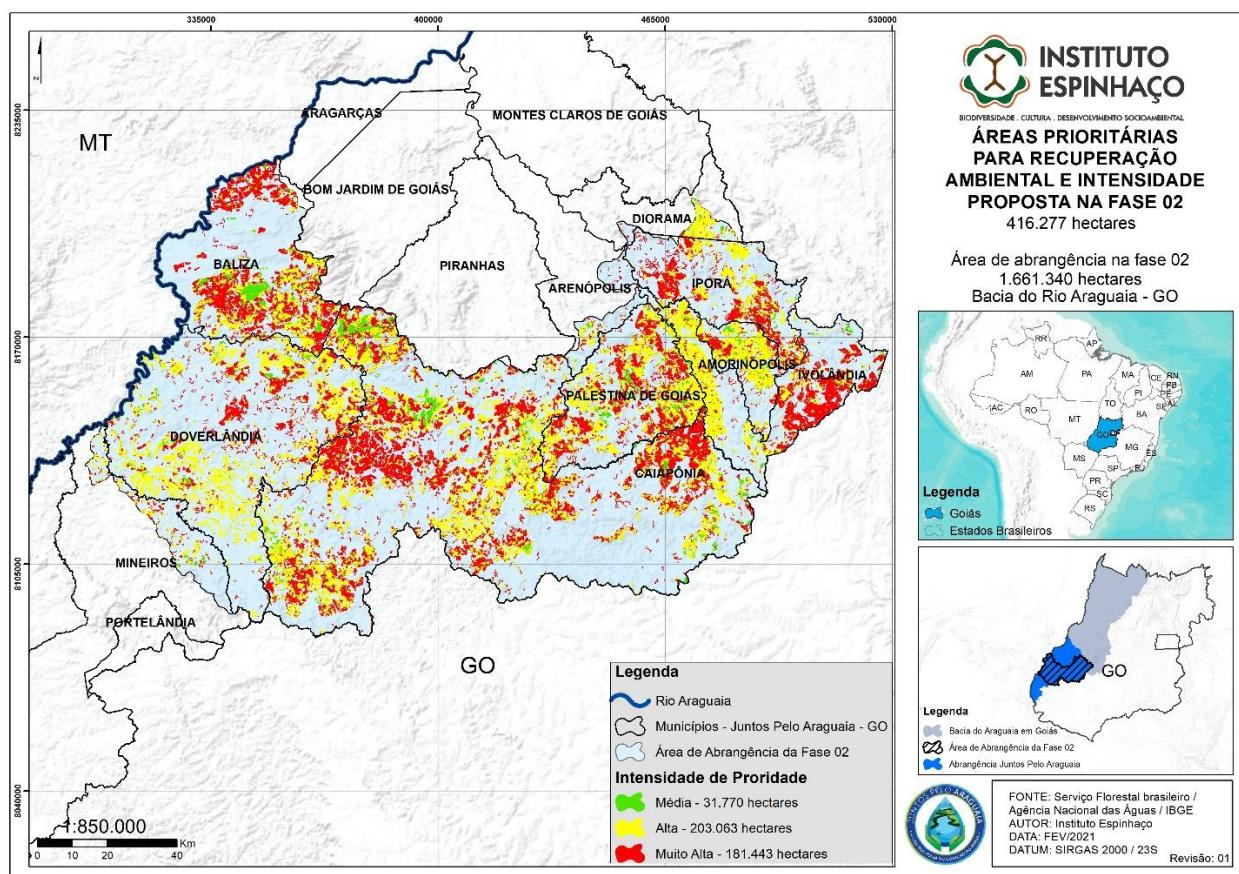


Figura 1 – Mapa de Áreas Prioritárias

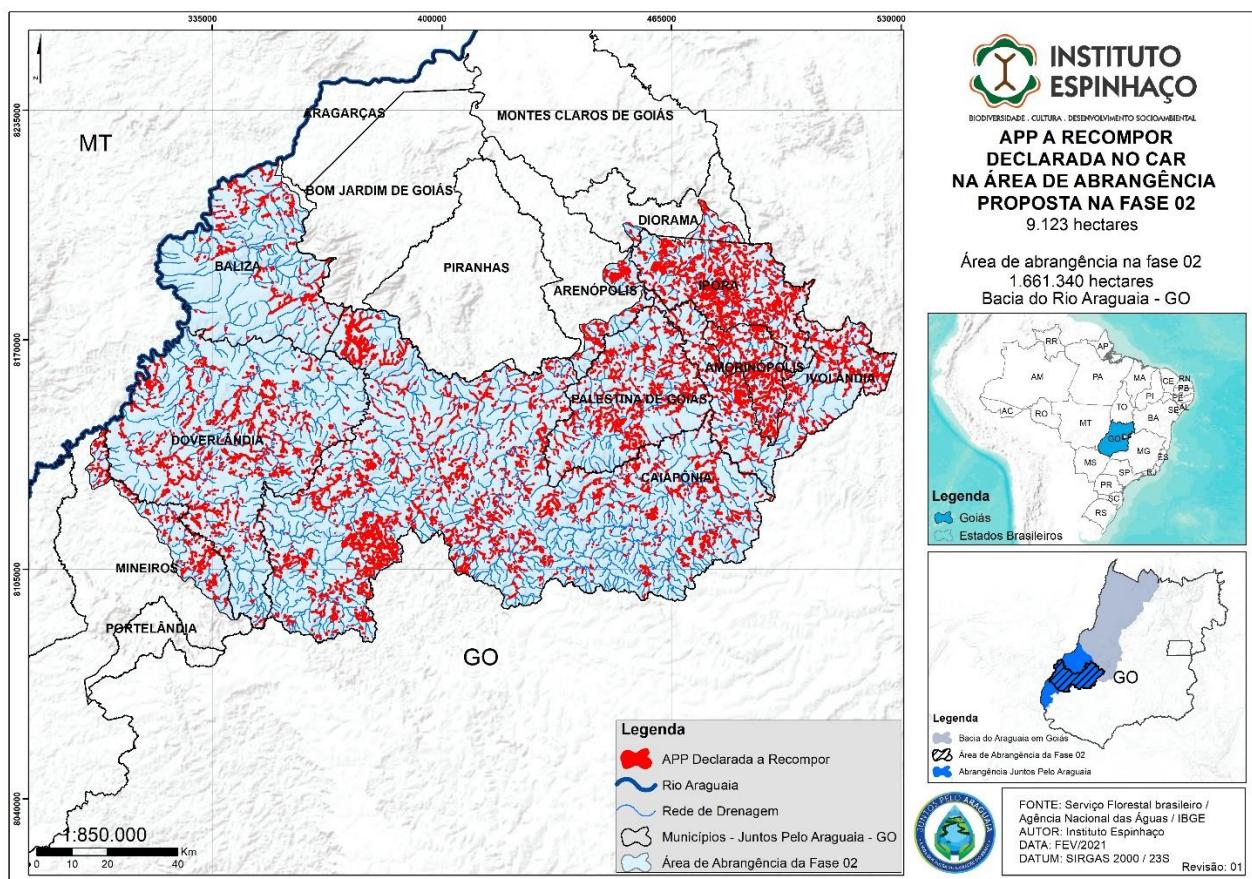


Figura 2 – Mapa de APP a recompor no território da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Araguaia.

É possível observar a escala de áreas prioritárias para recuperação (Figura 1), de acordo com o estudo da UFV que considera fatores como áreas de recarga, APPs hídricas associadas às áreas de recarga, APPs hídricas dissociadas às áreas de recarga, pastagens em áreas de recarga, e uso agrícola em áreas de recarga, assim como as áreas de APP a recompor, em vermelho (Figura 2).

Após a análise dos dados sobre a realidade do território quanto à identificação das áreas a serem beneficiadas, será realizada a mobilização *in loco*, ou mobilização direta, nas propriedades rurais, para a apresentação do Projeto e prospecção de novas adesões. Essas visitas são feitas por equipe multidisciplinar de analistas socioambientais capacitados para identificar as potenciais áreas para recuperação ambiental e a proposição de arranjos customizados para cada propriedade. Esses agentes estarão sempre acompanhados de materiais informativos físicos e digitais, que buscam o envolvimento emocional para a causa da segurança hídrica e que obedecerão aos padrões definidos pela identidade visual do projeto Juntos pelo Araguaia. Os profissionais estarão uniformizados e com crachá. Em decorrência da pandemia da covid-19, todos os protocolos de segurança sanitária serão respeitados para preservar a saúde dos produtores rurais e dos colaboradores do Projeto.

Quando o produtor fizer a adesão ao projeto Juntos pelo Araguaia, o analista socioambiental fará o preenchimento do cadastro socioeconômico e o relatório que indica a área disponível para execução dos serviços ambientais de recomposição da vegetação nativa e as ações de conservação do solo e da água, além de assinar o Termo de Adesão ao Projeto, conforme determinado no item 5.10 do Edital de Chamamento Público nº 01/2021 SNSH-MDR. Caso o proprietário ainda não tenha feito o Cadastro Ambiental Rural, o analista socioambiental do Projeto vai efetuar o cadastramento antes de iniciar os processos de intervenção na propriedade, também em concordância com o **ITEM 5.10 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**, do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 01/2021 SNSH-MDR**

O questionário preenchido pelo analista socioambiental no momento da abordagem junto ao produtor rural visa fazer um diagnóstico da situação socioeconômica do produtor e de sua família, além de coletar dados sobre a realidade produtiva da fazenda e a identificação de aspectos ambientais do território. Os tópicos contidos no questionário podem ser divididos em três categorias: (1) informações do proprietário e sua família; (2) informações sobre a propriedade e a região; (3) informações sobre a adesão ao Projeto e sobre as áreas a serem disponibilizadas para intervenções. Os pontos questionados em cada categoria são:

1 - nome, idade, endereço para correspondências, endereço eletrônico, telefone, grau de escolaridade e profissão;

2 - nome da propriedade, endereço, tamanho, coordenadas geográficas, condição da estrada de acesso, atividades econômicas desenvolvidas, a existência e a qualificação das Áreas de Proteção Permanente, a captação de água, o esgotamento sanitário, os nomes dos córregos que cortam a propriedade, a bacia e sub-bacia hidrográfica onde a propriedade está localizada, o bioma da região e se o proprietário está regularizado com o CAR e aderiu ao PRA;

3 - O tamanho das áreas disponíveis para restauração, se existe a possibilidade de formação de corredores ecológicos, o estado de regeneração em que se encontram, se o proprietário estaria disposto a realizar o cercamento, se o proprietário foi abordado ou contemplado com projeto semelhante e se as áreas estariam envolvidas em processo de

compensação ambiental. O questionário se encerra perguntando se o proprietário gostaria ou não de aderir ao Projeto.

A mobilização direta, com todos os seus registros e evidências de articulações junto aos produtores rurais, configura a adesão dos proprietários rurais ao Projeto. Conforme apresentado na Meta 1 desta proposta, serão realizadas articulações de mobilização no território de abrangência, com o objetivo de prospectar o quantitativo de 3 (três) mil hectares para adesão aos processos de implementação do Projeto. Nesse contexto, enfatizamos que o **INDICADOR FÍSICO** da Meta 1 da proposta apresentada é a captação de um total de 3 (três) mil hectares para a realização dos processos de intervenção de recomposição da vegetação nativa e conservação do solo, atendendo o **ITEM 3, ANEXO 3 – DETALHAMENTO DE CRITÉRIOS DE JULGAMENTO** – “*As etapas consistem de atividades que levam ao alcance das metas*”.

Considerando-se os itens técnicos apresentados nesta proposta do Instituto Espinhaço, de quantitativos de pessoal, de insumos, de máquinas, de equipamentos e de serviços (Item 8 a 14), entende-se que a composição física e financeira é exequível para a implementação. Neste contexto, considera-se que está sendo atendido o **ITEM 5, ANEXO 3 – DETALHAMENTO DE CRITÉRIOS DE JULGAMENTO** do Edital, onde diz “**Indicadores físicos estão adequados, ou seja, não estão superestimados ou subestimados, sendo possível alcançá-los**”.

a.2 - Mobilização institucional

A mobilização institucional será feita pela Coordenação de Relacionamento com a Comunidade. O coordenador realiza visitas para apresentação do Projeto aos governos locais, especificamente para prefeitos, secretários municipais de Meio Ambiente e de Agricultura. A apresentação se estende às organizações locais da sociedade civil, associações de moradores de áreas urbanas e rurais, sindicatos rurais, conselhos municipais de Meio Ambiente e Agricultura, comitês de bacias hidrográficas, além das empresas públicas ou privadas de Saneamento e abastecimento.

Durante as reuniões, são utilizados recursos audiovisuais com a identidade do Projeto e com as informações de números sempre atualizadas. Esses encontros também são oportunidades para assinaturas de acordos de cooperação e para a proposição de vinculação de programas ou projetos locais que possuem sinergia com o Juntos pelo Araguaia – Fase 2.

As reuniões deverão ser gravadas e sempre registradas com lista de presença, fotos e relatório final, devendo conter eventuais questionamentos surgidos que não foram respondidos, para o encaminhamento das respostas no segundo momento. Em razão da pandemia da covid-19, deve-se observar o cumprimento dos protocolos determinados pelas autoridades de Saúde.

a.3 - Comunicação Social para mobilização, sensibilização e engajamento das pessoas

A Comunicação Social vai trabalhar para garantir a maior visibilidade do Juntos pelo Araguaia – Fase 2 e de suas ações, com o objetivo de disseminar e promover o bom exemplo apresentado pelas práticas do Projeto e auxiliar na sensibilização e mobilização das comunidades envolvidas na área de abrangência, além de conquistar novas adesões de produtores rurais. Para

esse fim, a comunicação social vai considerar a adoção de mídias tradicionais e das novas mídias digitais.

Ademais, a Comunicação Social trabalhará com a mídia tradicional, com o envio de sugestões de pautas para reportagens e entrevistas como forma de promover as ações do projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2 e, também, em datas especiais relacionadas às temáticas do Projeto, como, por exemplo, o Dia Mundial da Água. O contato com rádios e jornais locais será fundamental para os trabalhos de mobilização e comunicação com as comunidades.

No âmbito da comunicação digital, o Juntos pelo Araguaia — Fase 2 vai divulgar nas redes sociais a cobertura do dia a dia do Projeto, sempre com conteúdos didáticos e inclusivos. Nesse caso, o objetivo é um maior engajamento e uma maior visibilidade do Projeto em âmbito nacional e internacional. Essa área deve priorizar sempre a produção própria de conteúdo, a qualidade dos conteúdos produzidos, o volume de material produzido e a periodicidade das publicações. É imperativo que ocorra interação com as redes de parceiros do Projeto e com o público, sempre com agilidade nas respostas. A diversificação das mídias produzidas também deverá ser levada em consideração, com conteúdos de foto, vídeo e artes produzidas pela Equipe de Comunicação, que vai fazer a gestão das redes do Juntos pelo Araguaia. Os canais digitais propostos para a estratégia de comunicação do projeto são: *blog*; Facebook; Instagram, Youtube e LinkedIn.

Os materiais físicos de comunicação serão utilizados de forma pontual, com objetivos específicos, evitando, sempre que possível, a utilização de materiais impressos em papéis. Esses materiais serão produzidos para o compartilhamento digital, por meio de lista de *e-mails* e aplicativos de mensagens do celular, e serão impressos para atender a uma demanda eventual. São eles: fólder institucional; *flyer* de mobilização; cartilha de educação ambiental; bâner para eventos, oficinas e seminários; placa para indicação de áreas beneficiadas pelo Projeto. Outros materiais como cartões, convites e cartazes poderão ser produzidos, se necessário. Todos os materiais físicos deverão seguir a identidade proposta e desenvolvida para o Projeto e destacar as logos do Projeto e também dos executores.

a.4 - Educação Ambiental e fortalecimento de capacidades para produtores rurais e para lideranças sociais

A Educação Ambiental é fundamental para sensibilizar e consequentemente provocar a adesão das pessoas a projetos como o Juntos pelo Araguaia. A Educação Ambiental também ajuda a criar a consciência coletiva de que é imperativo que ocorra uma mudança de atitude nas comunidades para promover uma transformação comportamental frente ao desafio de aliar a produção de alimentos e à preservação do meio ambiente.

A Educação Ambiental, entendida como ferramenta de fortalecimento de capacidade, auxilia no entendimento das causas e consequências de comportamentos predatórios que precisam ser banidos, dando lugar a novos arranjos produtivos sustentáveis e práticas modernas que agregam valor à produção. Com essa proposta, a Educação Ambiental ajuda as pessoas a desenvolverem conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos necessários para a promoção do desenvolvimento sustentável.

A proposta de Educação Ambiental para as comunidades inseridas na área de abrangência do Projeto será adequada às características dos diferentes públicos, conforme tabela 2. Ao todo, em cada município, serão realizadas 06 (seis) oficinas com os produtores rurais, 2 (dois) seminários para lideranças públicas e estudantes do ensino superior, momentos de Educação Ambiental nas escolas de ensino primário, fundamental e médio, além de cursos de capacitação de professores para ações de Educação Ambiental. Todas essas ações respeitarão as normas definidas pelas autoridades de Saúde e os protocolos sanitários contra a propagação da covid-19.

As oficinas de Educação Ambiental e de fortalecimento de capacidades deverão ter o material impresso e aprovado previamente pela Comunicação do executor do projeto, bem como obedecer à linha editorial e identidade visual proposta para o Juntos pelo Araguaia e para esse tipo de ação especificamente. Os materiais deverão ser ricos em imagens e os conteúdos sempre deverão ter a preocupação com a linguagem inclusiva e didática, para que todos possam entender a mensagem.

O material deverá observar o público-alvo bem como os seguintes aspectos: faixa etária, grau de escolaridade, nível de renda, gênero e o tipo de comunidade em que está inserido. Todas as oficinas deverão produzir relatórios com descritivo das atividades e fotos, além de apresentar os resultados produzidos pelos participantes. A lista de presença também será exigida para as oficinas.

Tabela 2 – Atividades propostas para educação ambiental para as comunidades inseridas na área de abrangência do Projeto.

TEMAS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS	DURAÇÃO (h)	PALESTRANTE	LOCAL	DATA E HORA
Empreendedorismo e Gestão no Negócio Rural	Módulo 1 - Realize o diagnóstico da propriedade rural Módulo 2 - Identifique ideias de negócio Módulo 3 - Descreva o negócio Módulo 4 - Verifique a viabilidade do negócio Módulo 5 - Organize e administre o negócio	Apresentar conceitos de empreendedorismo, planejamento e administração com atividades que vão ajudar na criação de um Plano de Negócio bem estruturado, que pode contribuir para a melhoria da gestão da propriedade rural e planejamento de novas oportunidades de negócios.	40	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR
Curso Introdução à Agricultura e Pecuária 4.0	Módulo 1: A grande transformação no cenário dos negócios Módulo 2: O que são agricultura e pecuária 4.0 Módulo 3: Os efeitos da grande transformação nos negócios do agro Módulo 4: Áreas promissoras para novas tecnologias e exemplos de startups	Apresentar as principais transformações digitais recentes para o negócio agrícola e seus efeitos em um cenário cada vez mais competitivo. Iniciar o entendimento do atual contexto da produção de alimentos no mundo, a necessidade de se dialogar com o consumidor de forma transparente e a importância do controle de dados para uma produção mais eficiente e sustentável.	8	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR
Correção e Adubação do Solo da Pastagem	Módulo único - Introdução: Aspectos importantes sobre a adubação de pastagens - Análise do solo e correções de nutrientes	Planejar e executar programas de manejo da fertilidade de solos no sistema da pastagem.	5	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR
Manejo de Pastagens – Gestão dos Recursos Forrageiros	Módulo único - Origem das espécies forrageiras - Implantação e manejo dos pastos - Etapas de um plantio de pastagem - Implantando a infraestrutura do pasto - Manejo do pasto - Gestão dos recursos forrageiros - Planejamento alimentar	Capacitar os produtores para implementação da pastagem e montagem dos pastos, escolhendo a espécie forrageira mais adaptada às condições ambientais da região e também manejar corretamente os pastos, montar uma infraestrutura (divisão de piquetes, áreas de lazer, estrutura de cercas e corredores) que permita melhor conservação da área, além de fazer um planejamento alimentar eficiente.	5	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR
Gestão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente de Trabalho Rural	Módulo 1 - Princípios da Gestão de Riscos no Campo Módulo 2 - Princípios Gerais de Segurança e Higiene no Trabalho Módulo 3 - Conhecendo os Riscos Químicos, Físicos, Mecânicos e Biológicos Módulo 4 - Estudo das Condições de Trabalho Rural Módulo 5 - Caracterização e Estudo de Acidentes e Doenças do Trabalho Módulo 6 - Mapas de Risco e Planos de Ação	Melhorar as condições do meio ambiente de trabalho, promovendo a saúde e a integridade física dos trabalhadores rurais. A introdução na elaboração de mapas de risco, planos de ação e prioridade das ações de saúde em situações de trabalho no campo.	4	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR
Prevenção e Controle do Fogo na Agricultura	Módulo 1 - Efeitos do Fogo sobre o Meio Ambiente Módulo 2 - Manejo Integrado do Fogo Módulo 3 - Comportamento do Fogo Módulo 4 - Equipamento de Proteção Individual, Ferramentas e Equipamentos Módulo 5 - Legislação Aplicada ao Uso do Fogo Módulo 6 - Alternativas ao Uso do Fogo Módulo 7 - Métodos para Realizar a Queima Controlada Módulo 8 - Ações para Combater os Incêndios	Oferecer informações que possibilitem a substituição do uso do fogo nos principais sistemas de produção agropecuária por novas tecnologias. E, ainda, promover conhecimento para o controle do fogo e a diminuição das queimadas, visando aos benefícios ambientais e sociais.	6	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR
Seminário: Segurança Hídrica	Eixos temáticos • A revitalização de bacias hidrográficas com a conservação de áreas de proteção permanente – nascentes e matas de topo e ciliar • Projetos de implantação de sistemas de irrigação de elevada eficiência no consumo de água e energia • Ações de manejo de irrigação apropriado e adequado aos arranjos produtivos • Projetos de implantação de tecnologias para captação de água de chuva, preservação e reuso da água. • O uso das águas subterrâneas	Apresentar a temática de Segurança Hídrica à comunidade local, com foco em lideranças comunitárias, professores, secretários municipais, estudantes universitários com a apresentação de especialistas em Segurança Hídrica e em temas relacionados à pauta da água.	16	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR
Seminário: Sustentabilidade no	Eixos temáticos	Apresentar a temática de sustentabilidade no campo para a comunidade local,	16	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR

campo	<ul style="list-style-type: none"> As metodologias de diagnóstico para adequação ambiental das propriedades rurais e suas respectivas sub-bacias hidrográficas A importância da regularização ambiental de propriedades rurais, com ênfase na elaboração de Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Plano de Readequação Ambiental (PRA) A identificação e propagação de novas variedades adaptadas às atuais condições climáticas A agricultura de baixo carbono – integração lavoura e pecuária/ILP e integração lavoura, pecuária e floresta/ILPF O uso e as vantagens da utilização de espécies adaptadas ao bioma local 	com foco em lideranças comunitárias, professores, secretários municipais, estudantes universitários com a apresentação de especialistas em sustentabilidade na produção agrícola e em temas relacionados.				
Educação Ambiental em escola do ensino primário	<p>Conteúdo teórico e prático:</p> <p>Os ciclos da Água Os ciclos de vida das plantas Os Ecossistemas Fontes de energia Atividade prática – Oficina de semeadura</p>	Introduzir noções básicas sobre preservação e proteção do meio ambiente para que as crianças passem a entender e cuidar da natureza como parte da vida, desenvolvendo uma mentalidade ecológica para o enfrentamento dos atuais desafios ambientais com base na participação e no compromisso.	15	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR
Educação Ambiental em escola do ensino fundamental e médio	<p>Conteúdo teórico e prático</p> <p>Os efeitos das ações humanas no meio ambiente Reciclagem e reuso dos recursos naturais A importância das florestas para a vida na Terra Atividade prática: Plantio de mudas de espécies arbóreas nativas</p>	Trabalhar a temática do meio ambiente contextualizando com as ações do homem que impactam a natureza e as consequências para a vida da Terra. Introdução aos temas relevantes na contemporaneidade, como o esgotamento dos recursos naturais e o desequilíbrio causado pela exploração não sustentável, como as alterações climáticas, a escassez hídrica, as fontes de energia não renováveis e o consumo humano desenfreado.	15	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR
Capacitação para gestores escolares e professores em Educação ambiental	<p>Conteúdo teórico e prático</p> <p>Introdução à educação ambiental Atividades de educação ambiental para crianças do ensino primário Atividades de educação ambiental para adolescentes dos ensino fundamental e médio</p>	Capacitar gestores escolares e professores para promoverem atividades de Educação Ambiental nos diversos níveis de ensino.	15	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR
Empreendedorismo e Gestão no Negócio Rural	<p>Módulo 1 - Realize o Diagnóstico da Propriedade Rural Módulo 2 - Identifique Ideias de Negócio Módulo 3 - Descreva o Negócio Módulo 4 - Verifique a Viabilidade do Negócio Módulo 5 - Organize e Administre o Negócio</p>	Apresentar conceitos de empreendedorismo, planejamento e administração com atividades que vão ajudar na criação de um Plano de Negócio bem estruturado, que pode contribuir para a melhoria da gestão da propriedade rural e o planejamento de novas oportunidades de negócios.	40	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR
Curso Introdução à Agricultura e Pecuária 4.0	<p>Módulo 1: A grande transformação no cenário dos negócios Módulo 2: O que são agricultura e pecuária 4.0 Módulo 3: Os efeitos da grande transformação nos negócios do agro Módulo 4: Áreas promissoras para novas tecnologias e exemplos de startups</p>	Apresentar as principais transformações digitais recentes para o negócio agrícola e seus efeitos em um cenário cada vez mais competitivo. Iniciar o entendimento do atual contexto da produção de alimentos no mundo, a necessidade de se dialogar com o consumidor de forma transparente e a importância do controle de dados para uma produção mais eficiente e sustentável.	8	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR

b. ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÃO POR PROPRIEDADE

i. SELEÇÃO DE ÁREAS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS

Com a adesão e a disponibilização pelo proprietário rural de áreas para as intervenções e ações de recuperação ambiental na propriedade, a Equipe Multidisciplinar do Projeto vai elaborar os projetos de implementação por propriedade, com base em informações sobre o georreferenciamento de áreas para o cercamento, os locais para a implantação das barraginhas e dos terraços e a recomposição da vegetação nativa, com o plantio de espécies arbóreas de acordo com as especificações técnicas. Essa ação atende à Meta 1, etapa 1, e será executada durante todo o período de duração do Projeto, ou seja, 60 (sessenta) meses.

O projeto desenvolvido para a propriedade é composto por informações tais como declividade do terreno, acesso à área a recompor, tipo de reflorestamento, necessidade de isolamento da área (cercamento), incidência solar, umidade da área, existência de invasoras, tipo de solo, tamanho da área, previsão de espécies de mudas florestais nativas e espaçamento para plantio. Além das informações citadas, é produzido um mapa georreferenciado da propriedade e dos limites da área a ser recuperada com os caminhamentos para o acesso. Os resultados serão apresentados em relatórios simplificados de seleção de áreas e por base georreferenciada através de extensões .kml (Google Earth) e/ou .shp (Shapefile).

ii. PRODUÇÃO DE SEMENTES E MUDAS DE ESPÉCIES FLORESTAIS NATIVAS

A coleta de sementes é uma etapa essencial para a produção de mudas nativas de qualidade, visando à maior sobrevivência em campo, bem como a atender aos aspectos de diversidade biológica para o bioma Cerrado. A coleta seguirá a metodologia já estabelecida, testada e praticada pelo Instituto Espinhaço em grandes projetos de restauração florestal conduzidos pela Instituição. As matrizes são cadastradas e monitoradas periodicamente de acordo com a floração e dispersão de sementes. No campo, a equipe do Instituto Espinhaço seleciona árvores com características fisiológicas e fitossanitárias adequadas. Em seguida, são coletadas informações referentes à fenologia e condições ambientais da região (solo, topografia, etc). Após a coleta, cada lote de sementes recebe um código que acompanhará o processo de produção da mudas até o momento da expedição para plantio, ou seja, todas as mudas serão rastreadas. Essa ação atende à Meta 2, etapa 1, e será executada durante o período de 4 anos, ou seja, 48 meses.

Atualmente, o Instituto Espinhaço possui um Centro de Produção Florestal Sustentável do bioma Cerrado (em construção) no município de Piranhas, Goiás, como parte da execução da primeira fase do projeto Juntos pelo Araguaia. Esse Centro terá a capacidade de produção estimada de 600.000 (seiscentas mil) mudas por ano. Considerando-se o escopo de implementação de 2.100 (dois mil e cem) hectares de projetos de recomposição da vegetação

nativa de nascentes, áreas marginais aos corpos d'água e em áreas de recarga de aquíferos em um período aproximado de 3 anos, projeta-se aproximadamente um quantitativo de disponibilidade de mudas de 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil) unidades durante o Projeto. Para garantir a produção de mudas em tempo, quantidades e qualidade efetiva para atendimento ao Projeto, está prevista a ampliação do Centro de Produção Florestal Sustentável para o bioma Cerrado, visando atingir uma capacidade de 1.600.000 (um milhão e seiscentas mil mudas) por ano.

As mudas florestais nativas serão produzidas com a técnica de utilização de embalagens, insumos, adubação de arranque, adubação de cobertura e processo de rustificação. A mão de obra operacional será contratada local e regionalmente, quando possível, e capacitada para realização dos processos de produção de sementes e mudas visando ao atendimento da quantidade e qualidade prevista no Projeto. O Instituto Espinhaço desenvolveu e utiliza a Metodologia Rocambole Misto (ROMI), uma abordagem científica de sucesso voltada para a produção e plantio, especificamente para processos de recomposição da vegetação nativa em larga escala. Essa metodologia está configurada para ofertar resultados em escala na produção e expedição de espécies florestais nativas, atendendo a técnica do sistema Quincônico, com a variabilidade de espécies de preenchimento e variabilidade de espécies de diversidade. Em outras palavras, a Metodologia ROMI atua com uma variabilidade de espécies com o propósito de atender o processo de sucessão ecológica, com a formação florestal de espécies variadas. Na figura 3, é exemplificado o processo de montagem do rocambole com a variabilidade de espécies.

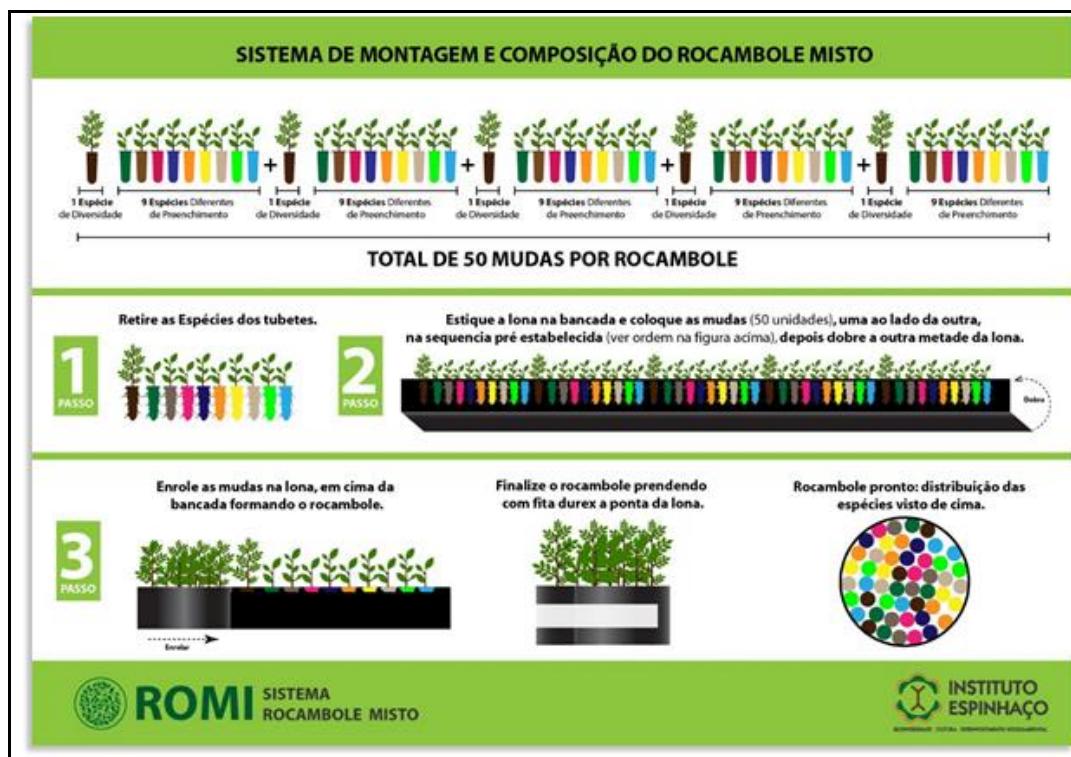


Figura 3 – Metodologia de montagem e composição de expedição de mudas. Fonte: Instituto Espinhaço, 2018.

A produção de mudas vai considerar as especificações a seguir:

- Embalagens: para mudas destinadas à restauração, as mudas serão produzidas em tubetes de tamanhos diversificados (entre 120 cm³ a 280 cm³), conforme a necessidade de cada espécie.
- Insumos: será utilizado substrato comercial com as seguintes especificações mínimas: casca de *pinus* compostada, vermiculita e adubação de base. PH entre 6-6,5; condutividade elétrica < que 5; capacidade de retenção de água (CRA) > 50%. Registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

OBS: As estruturas dos viveiros do Instituto Espinhaço apresentam canteiros com bancadas suspensas, com altura aproximada de 90 cm, que contribuem com a conformidade da ergonomia dos colaboradores.

iii. PLANTIO E CERCAMENTO

Nesta etapa, serão implementados os projetos de restauração ambiental para cada propriedade, com o plantio de espécies florestais arbóreas nativas nas áreas selecionadas e evidenciadas nos projetos de implementação. Essa ação atende à Meta 2, etapa 2, e será executada durante o período de 3 anos, ou seja, 36 meses.

O primeiro passo da etapa é o condicionamento do solo e combate a formigas. O condicionamento do solo é realizado com aplicação de calcário e fosfato, com o objetivo de corrigir o PH e acrescentar nutrientes para o desenvolvimento inicial das mudas. O combate a formigas é realizado por meio do uso de iscas formicidas 15 a 20 dias antes do plantio.

O plantio das mudas será realizado com uma proporção de 80% de espécies de preenchimento e 20% de espécies de diversidade, oriundas do processo de Rocamboles Mistos (ROMI), previamente preparados nos viveiros (Figura 4). Nessa etapa, é primordial garantir a utilização do maior número de espécies possível. O espaçamento entre as mudas será, preferencialmente, de 3 m x 2 m de distância. Portanto, o número previsto de mudas plantadas, por hectare, será de aproximadamente 1.667.



Figura 4 – **A e B**: Confecção de Rocamboles Mistos para Expedição; **C**: Rocambole misto (Metodologia ROMI) que contempla 80% de espécies de recobrimento (ou pioneiras) e 20% de espécies de diversidade (ou não pioneiras); **D**: Cuidado com as mudas no local de apoio, próximo ao plantio. Fonte: Instituto Espinhaço, 2018.

Na etapa de implementação dos projetos, são executadas ações de condução da regeneração natural, enriquecimento e adensamento das espécies florestais. As ações são definidas perante a aferição das áreas disponibilizadas pelos proprietários rurais. A metodologia para construção das cercas vai priorizar projetos de cercamento que adotem a formatação quadrada ou próximas dessa forma, a fim de otimizar os materiais. Estima-se que, para cada 25 ha, sejam necessários entre 2.000 e 2.500 metros de fios de arames.

A construção da cerca envolverá o alinhamento e a abertura de buracos no solo para os esticadores e estacas. Esses buracos serão abertos com os mesmos diâmetros dos esticadores e estacas. Posteriormente, os furos por onde passarão os arames serão feitos tomando o cuidado de seguir o trajeto que o arame apresentará. A cerca terá 3 fios de arames liso (ou farpado) de aço galvanizado ovalado (17/15 de 3,0 mm x 2,4 mm) com esticadores instalados a 90 cm do solo, em estacas de 3 metros de comprimento e 10 cm de diâmetro que serão enterradas a 60 cm do solo.

iv. AÇÕES DE CONSERVAÇÃO DO SOLO E ÁGUA

Bacias de captação de enxurradas:

As bacias serão dimensionadas e alocadas, tanto em número quanto em tamanho, em função do volume de água da enxurrada. Deverá ser observada a declividade do terreno e, também da textura do solo, que influenciará no tempo de infiltração da água no solo (CARVALHO, 2017). As bacias de formato circular terão entre 3 e 15 m de diâmetro, e as retangulares vão variar entre 3,0 m x 6,0 m e 6,0 m x 10,0 m. A profundidade média será entre 0,8 m a 2,0 m. No caso de bacias com fundo ovalado, a maior profundidade será de aproximadamente 2 m. Em todas as situações, a linha de maior dimensão da bacia será posicionada no sentido perpendicular ao declive do terreno. Para implantação, será realizada limpeza do local, retirando-se toda a matéria orgânica. A retirada de terra (do centro para as extremidades, mantendo-se as laterais inclinadas) será realizada por máquinas como pá-carregadeira, trator de esteira ou retroescavadeira.

Terraceamento:

Será construída uma combinação de um canal com camalhão em nível ou gradiente, com uma estrutura transversal ao sentido maior do declive do terreno. Tal estrutura será composta por uma valeta e um dique (camalhão ou monte de terra) construído em intervalos dimensionados (PIRES; SOUZA, 2006), de acordo com as características da precipitação local (quantidade, duração e intensidade) e da paisagem (comprimento da rampa, rugosidade, características físicas do solo). Para a seleção do tipo de terraço mais eficiente a ser adotado, será realizado treinamento da equipe para melhor análise e interpretação dos cenários, utilizando do maior número possível de informações, como mapas de solos, características das

precipitações típicas da região, forma prevista de ocupação da área (uso e manejo do solo), bem como de todas outras informações que possam contribuir para o planejamento.

No Juntos pelo Araguaia – Fase 2, serão construídos dois tipos de terraços quanto à função que desempenham, descritos a seguir:

1. Terraços em nível de retenção ou infiltração: esses terraços serão construídos sobre as áreas niveladas e demarcadas em nível e com as bordas bloqueadas, cuja função é interceptar a enxurrada e permitir que a água infiltrre, sendo recomendados para solos de boa permeabilidade, tais como os latossolos, nitossolos, além dos neossolos quartzarênicos e areias quartzosas.

2. Terraço em gradiente, desnível, de escoamento ou drenagem, terraços que apresentam declive suave, constante (uniforme) ou variável (progressivo): esses terraços serão construídos com pequeno gradiente ou desnível transversalmente ao maior declive da rampa. Possuem capacidade de acumular o excedente de água e permitem o escoamento gradativo até uma ou duas extremidades abertas, denominados escoadouros revegetados. Serão construídos em solos com permeabilidade moderada a lenta (textural e solos rasos), que dificultam a infiltração de água da chuva. São recomendados para regiões de precipitações elevadas e solos das classes de cambissolos, argissolos, antigos podzólicos e neossolos litólicos.

Essa ação atende à Meta 2, etapa 3, e será executada durante o período de 3 anos, ou seja, 36 (trinta e seis) meses.

Os processos de fortalecimento das estruturas de produção de mudas, elaboração de projetos por propriedade, produção de sementes e mudas, plantio, cercamento e ações de conservação do solo e da água, com todos os seus registros e evidências, configuraram a apresentação da segunda Meta do projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2. Serão elaborados e implementados projetos de recomposição da vegetação nativa e conservação do solo e da água com o quantitativo de 3.000 (três mil) hectares, atendendo ao **ITEM 3, ANEXO 3 – DETALHAMENTO DE CRITÉRIOS DE JULGAMENTO** – “*As etapas consistem de atividades que levam ao alcance das metas.*”. Neste contexto, enfatizamos que o **INDICADOR FÍSICO** da Meta 2 da proposta apresentada é a implementação de um total de 3.000 (três mil) hectares para a realização dos processos de intervenção de recomposição da vegetação nativa e conservação do solo e da água.

Considerando-se os itens técnicos apresentados neste item, de quantitativos de pessoal, de insumos, de máquinas, de equipamentos e de serviços da proposta do Instituto Espinhaço (Item 8 a 14 da Proposta), julga-se que a composição física e financeira é exequível à implementação. Nesse contexto, considera-se o atendimento do **ITEM 5, ANEXO 3 – DETALHAMENTO DE CRITÉRIOS DE JULGAMENTO** do Edital, onde diz “**Indicadores físicos estão adequados, ou seja, não estão superestimados ou subestimados, sendo possível alcançá-los**”.

c. MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO

Será realizado o monitoramento das áreas recuperadas, aferindo o estágio de alcance do objetivo de pegamento das mudas e, sucessivamente, o aumento da disponibilidade hídrica. Essa ação atende à Meta 3, etapa 1, e será executada a partir do segundo ano do Projeto e se estenderá até o seu quarto ano, ou seja do 12.^º mês ao 48.^º mês.

Nessa etapa serão aplicadas, *in loco*, as metodologias para verificação e avaliação do funcionamento e da dinâmica das áreas restauradas, tendo como referência o Pacto da Mata Atlântica (2009, 2013).

Para avaliar o monitoramento, serão instaladas parcelas permanentes de 25 m x 4 m (100 m²), distribuídas de forma sistemática (sentido do norte magnético) e georreferenciadas, possibilitando sua identificação precisa no campo. A instalação das parcelas vai ocorrer antes das intervenções de plantio, considerando-se esse o tempo zero do monitoramento, conforme ilustra a Figura 5. Em áreas com tamanho entre 0,5 e 1 hectare, serão instaladas cinco parcelas amostrais e em áreas acima de 1 hectare, serão instaladas cinco mais uma por hectare adicional. A taxa de mortalidade das mudas plantadas será obtida através da proporção de mudas mortas em relação ao número de mudas plantadas. Serão consideradas mudas mortas aquelas ausentes do local determinado do plantio ou que apresentarem caule seco e desprovido de folhas. Portanto, será necessário verificar a flexibilidade do caule, indicando que a planta provavelmente está viva.

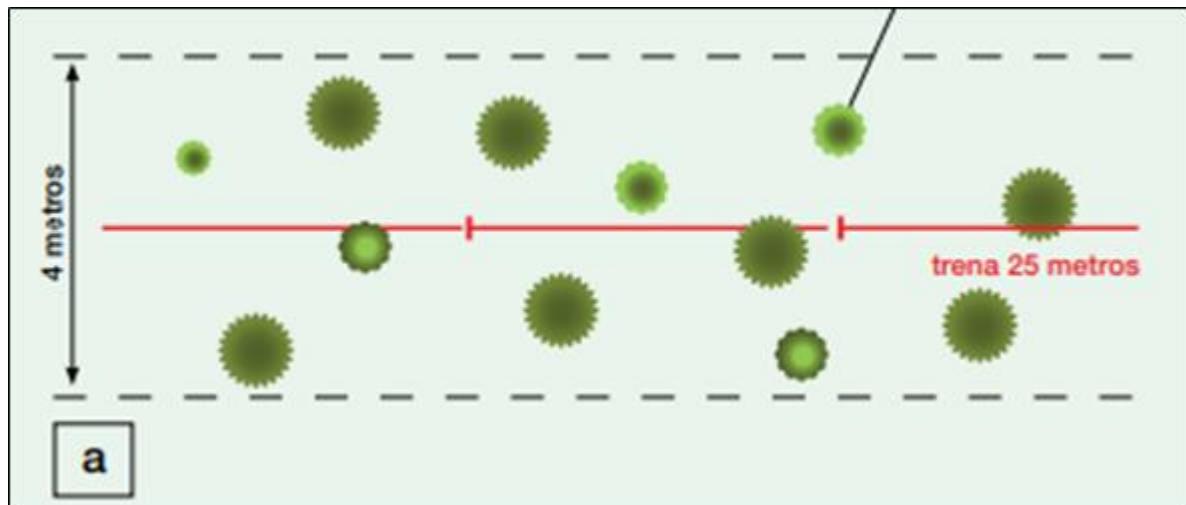


Figura 5 – Delimitação de parcelas de monitoramento ambiental. Fonte: Pacto da Mata Atlântica.

As medidas de manutenção para o controle de invasoras exóticas, de formigas cortadeiras, cupins, adubação e coroamento para mudas plantadas e reposição de mudas mortas, estarão condicionadas ao processo de monitoramento, o qual indicará a necessidade ou não de intervenções de forma a favorecer o processo de regeneração das áreas restauradas. As cercas receberão manejo e manutenção constantemente, de forma a controlar a presença do gado. A limpeza das áreas para retirada de espécies exóticas invasoras deverá ser realizada por meio da capina manual, em toda a área de intervenção, com especial atenção para que não causem danos às mudas plantadas e às espécies em regeneração. Visando ao controle de plantas invasoras, será

realizado ainda, quando necessário, o coroamento no entorno das mudas plantadas em um diâmetro preestabelecido de 0,5 m a 1,0 metro.

Os processos de monitoramento e manutenção das áreas em processo de recuperação ambiental, com todos os seus registros e evidências, configuram a apresentação da Meta 3 desta Proposta, e serão realizadas as ações de monitoramento e manutenção das áreas de recomposição da vegetação nativa e conservação do solo e da água com o quantitativo de 3.000 (três mil) hectares, atendendo o **ITEM 3, ANEXO 3 – DETALHAMENTO DE CRITÉRIOS DE JULGAMENTO** – “*As etapas consistem de atividades que levam ao alcance das metas.*”. Neste contexto, enfatizamos que o **INDICADOR FÍSICO** da Meta 3 da proposta apresentada é o monitoramento e a manutenção das áreas de implementação de um total de 3.000 (três mil) hectares.

Considerando-se os itens técnicos apresentados neste item, de quantitativos de pessoal, de insumos, de máquinas, de equipamentos e de serviços da proposta do Instituto Espinhaço (Item 8 a 14 da Proposta), julga-se que a composição física e financeira é exequível à implementação. Neste contexto, considera-se atendido o **ITEM 5, ANEXO 3 – DETALHAMENTO DE CRITÉRIOS DE JULGAMENTO** do Edital, onde diz “**Indicadores físicos estão adequados, ou seja, não estão superestimados ou subestimados, sendo possível alcançá-los**”.

6. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS AÇÕES

A implantação das ações previstas (recomposição florestal, conservação do solo e da água e mobilização social integrada) no projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2 terá o território de dez municípios goianos na sua área de abrangência A área total da Bacia do Rio Araguaia abrange 25% do território goiano, onde se localiza, inclusive, a nascente do Rio Araguaia, na zona rural de Mineiros (GO), conforme Figura 6, em região com inúmeros processos erosivos, como voçorocas e ravinamentos.

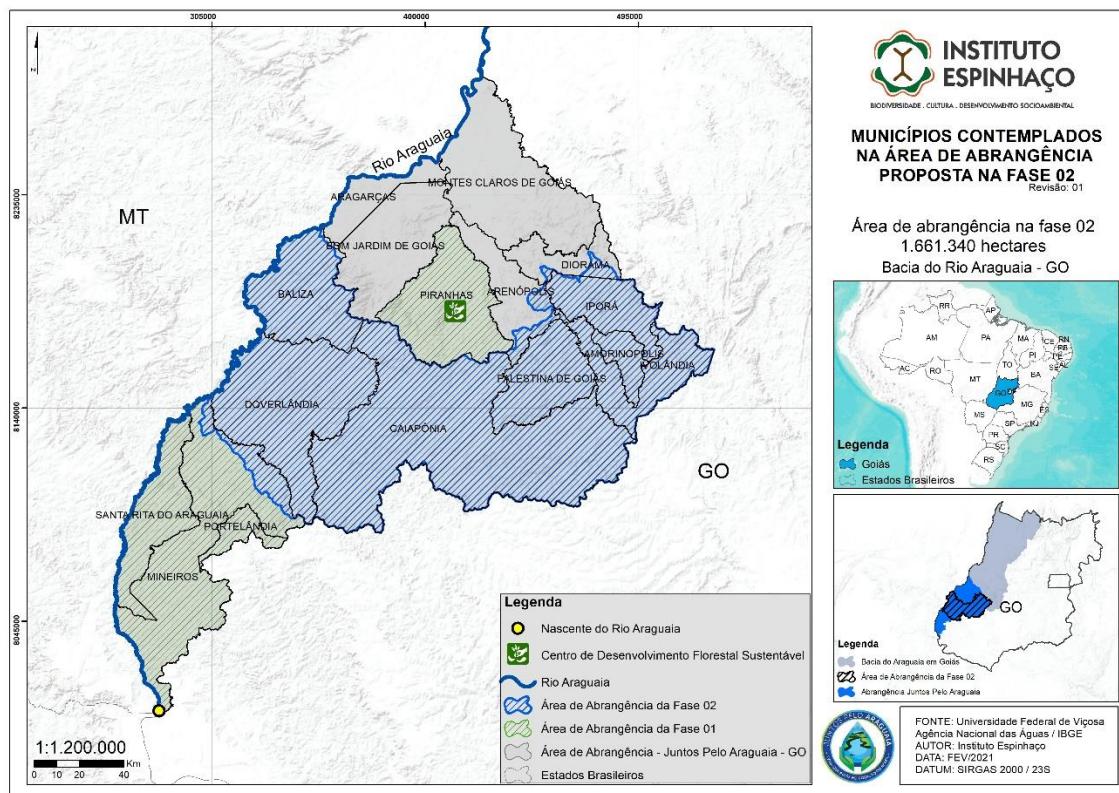


Figura 6 – Mapa de municípios contemplados pelo Projeto.

Para a implantação do Projeto, o principal desafio identificado será a adesão dos produtores rurais com a cessão de áreas para a recuperação ambiental. Isso porque a grande maioria das áreas indicadas como prioritárias para restauração, segundo o Estudo de Áreas Prioritárias (UFV, 2020), estão localizadas em áreas produtivas das propriedades rurais, ou seja, áreas onde são desenvolvidas atividades de lavoura e pecuária. Visando contornar esse desafio estrutural, o Instituto Espinhaço estabeleceu como estratégia a ampliação da área de abrangência do Projeto para atingir um maior percentual de áreas disponibilizadas, conforme Figura 6, ou seja, propõe-se uma área de abrangência de 1.661.340 hectares para a identificação dos 3.000 hectares de áreas para ações de recuperação ambiental.

Existem também condições favoráveis para a execução do projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2, no território de abrangência proposto. Como proposito do programa Juntos pelo Araguaia em 2019, o Instituto Espinhaço possui acordos de cooperação assinados com os Governos Estaduais de Mato Grosso e Goiás, além do apoio das Prefeituras Municipais. Como parte dos trabalhos realizados para o diagnóstico dos cenários locais, o Instituto Espinhaço promoveu diversas reuniões com as comunidades e lideranças na região do Alto Rio Araguaia. O resultado desses encontros foi a criação de uma rede de cooperação e relacionamento com entidades locais, como sindicatos de produtores rurais, cooperativas agrícolas e lideranças sociais. Também compõem essa rede de relacionamento órgãos estaduais, como a Federação da Agricultura do Estado de Goiás, FAEG e a Universidade Federal de Goiás. O conhecimento da realidade regional e o fato de o Instituto Espinhaço já possuir uma ação nessa mesma região (tendo desenvolvido a Fase 1 do Juntos pelo Araguaia) configuram-se como importantes fatores para a execução da Fase 2, do projeto Juntos pelo Araguaia.

7. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

O Rio Araguaia é o décimo terceiro de maior extensão do Brasil, totalizando 2.115 km da nascente, na Serra do Caiapó, na zona rural do município de Mineiros (GO), à sua foz no Oceano Atlântico. Quando encontra com o Rio Tocantins, forma uma das principais bacias hidrográficas do país, a Bacia Tocantins-Araguaia, que se destaca como uma das principais artérias de drenagem e transporte de sedimentos do Cerrado, estando situada entre cinco estados: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Tocantins.

O projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2, ora proposto pelo Instituto Espinhaço, será implementado em dez municípios da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Araguaia, no estado de Goiás: Amorinópolis, Arenópolis, Baliza, Caiapônia, Diorama, Doverlândia, Iporá, Ivolândia, Mineiros e Palestina de Goiás. Esses municípios abrigam cerca de 8% da população de todo o estado. Toda a região da bacia hidrográfica tem importância ecológica, turística, socioeconômica e cultural incalculável. Espécies que dependem de grandes áreas nativas para sobreviver, tais como a onça-pintada, têm no Alto Rio Araguaia um importante ambiente para se manter, reproduzir e dispersar.

Considerando-se a importância do agronegócio para o estado de Goiás e os grandes prejuízos econômicos que as áreas produtivas manejadas incorretamente podem gerar, os produtores rurais serão o público beneficiário direto do projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2. Para o Instituto Espinhaço, o produtor rural, não é apenas o produtor de alimentos, mas sim o produtor de serviços ecossistêmicos e um dos maiores aliados em ações de recuperação ambiental. Sob essa ótica, para estabilidade e expansão dos sistemas produtivos na Bacia Hidrográfica do Alto Rio Araguaia, serão necessárias ações que consigam manter o manejo adequado do solo e da água disponível nos mananciais e nos lençóis subterrâneos para o abastecimento humano, a dessedentação animal e os sistemas produtivos. Além disso, podemos considerar como público beneficiado diretamente pelas ações do programa Juntos pelo Araguaia – Fase 2 toda a população das cidades do entorno da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Araguaia que utilizam suas águas para o abastecimento público.

Os benefícios que as ações propostas pelo projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2 deverão levar para toda a Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia e também a Bacia Hidrográfica do Tocantins-Araguaia, como a melhoria na quantidade e na qualidade da água para o abastecimento público, para a navegação e também para atividades socioeconômicas como a agricultura, a pecuária e a pesca, que são desenvolvidas ao longo de suas extensões, vão impactar indiretamente toda a população que vive no entorno das bacias a jusante. Isso representa uma área equivalente a 10% do território brasileiro, com uma população estimada em 12 milhões de pessoas (IBGE, 2021).

8. DETALHAMENTO DOS CUSTOS

Os itens 9, 10, 11, 12 e 13 desta Proposta contemplam todos os elementos de detalhamento dos custos do Projeto, conforme prerrogativas do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 01/2021 – SNSH-MDR**.

Conforme **ITEM 4. METAS, PRODUTOS E RESULTADOS ESPERADOS** desta Proposta, o Projeto contempla um quantitativo de 3.000 (três mil) hectares de áreas a serem recuperadas. Esse quantitativo está previsto para ser executado em um período de 5 anos com todas as garantias institucionais, técnicas, metodológicas, táticas e de gestão apresentadas nesta proposta, conforme **ITEM 4.3 do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 01/2021 – SNSH-MDR**, onde informa que *“O valor máximo de investimento por proposta deve considerar etapas cuja execução orçamentária ocorra no período de 1 (um) ano, de forma a permitir a avaliação do plano de investimento a ser disponibilizado pelo patrocinador”*.

É importante fazer as seguintes ponderações em relação aos custos do Projeto:

- O item 13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO da presente Proposta contempla uma previsão de investimentos anual, podendo ser detalhada de forma mais adequada ao investidor, em sinergia com as ações físicas previstas nas metas e etapas da Proposta (exemplo: desembolso mensal, bimestral, trimestral);
- Considerando-se que o **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 01/2021 – SNSH-MDR, ITEM 4.1** informa que *“Os recursos financeiros a serem disponibilizados e investidos neste edital serão oriundos de doações privadas específica de patrocinadores interessados”*, foram elaboradas composições de quantitativos físicos e orçamentários nesta Proposta que podem ser incompatíveis com recursos financeiros a serem disponibilizados e investidos. Por esse motivo, sugerimos que, caso apenas partes dos recursos estejam disponíveis, impossibilitando uma contratação global de todas as metas e etapas previstas nesta Proposta, o volume de recursos para as ações de implementação previamente flexibilizadas seja destinado com base nos seguintes critérios: (1) definição do volume de recursos disponíveis; (2) redimensionamento de um plano de execução ou adequação física conforme os recursos disponíveis; (3) com intervenções de montante a jusante, na “ótica” de bacia hidrográfica.

9. LISTAGEM DE METAS/ETAPAS

Tabela 3 – Listagem de metas e etapas previstas

META/ ETAPA Nº	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	DATA INÍCIO	DATA TÉRMINO
META 01	MOBILIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS	R\$ 10.742.112,67	-	-
Etapa 01	MOBILIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS	R\$ 10.742.112,67	Mês 1	Mês 60
META 02	IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS	R\$ 98.039.151,88	-	-
Etapa 01	PRODUÇÃO DE MUDAS	R\$ 20.136.224,65	Mês 1	Mês 48
Etapa 02	PLANTIO E CERCAMENTO	R\$ 68.651.892,39	Mês 1	Mês 36
Etapa 03	PRÁTICAS MECÂNICAS DE CONSERVAÇÃO DO SOLO E DA ÁGUA	R\$ 9.251.034,84	Mês 1	Mês 36
META 03	MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO	R\$ 19.504.965,30	-	-
Etapa 01	MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO ÁREAS RECUPERADAS	R\$ 19.504.965,30	Mês 12	48
META 04	GESTÃO ADMINISTRATIVA, TÉCNICA, INSTITUCIONAL E CONSULTORIA	R\$ 24.862.487,72	-	-
Etapa 01	GESTÃO ADMINISTRATIVA, TÉCNICA, INSTITUCIONAL E CONSULTORIA	R\$ 24.862.487,72	Mês 1	Mês 60

10. BENS E SERVIÇOS POR META/ETAPA

Considerando-se a dimensão das operações, a área de abrangência e os quantitativos físicos da Proposta apresentada, os detalhamentos de bens e serviços por metas e etapas foram elaborados contemplando-se uma extensão orçamentária com mais de 300 itens, atendendo o **ITEM 2, ANEXO 3 – DETALHAMENTO DE CRITÉRIOS DE JULGAMENTO do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 01/2021 – SNSH-MDR, “... Planilhas de composição de custos adequadas e atualizadas”**. Para melhor visualização e entendimento da composição orçamentária e memórias de cálculos, disponibilizamos a planilha de BENS E SERVIÇOS POR META/ETAPA em anexo à Proposta, em arquivo aberto, para visualização de todas as métricas utilizadas para composição orçamentária. O arquivo foi disponibilizado no anexo do *e-mail* da Proposta com nomenclatura **2021.02.11 – PROJETO JUNTOS PELO ARAGUAIA – MDR.xls**.

11. LISTAGEM DE BENS E SERVIÇOS POR ELEMENTO DE DESPESA

11.1 SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA – 339036

Se levarmos em consideração o tamanho das operações, da área de abrangência e dos quantitativos físicos da Proposta apresentada, os detalhamentos de bens e serviços por metas e etapas foram elaborados contemplando-se uma extensão orçamentária com mais de 300 itens, atendendo o **ITEM 2, ANEXO 3 – DETALHAMENTO DE CRITÉRIOS DE JULGAMENTO do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 01/2021 – SNSH-MDR, “... Planilhas de composição de custos adequadas e atualizadas”**. Para melhor visualização e entendimento da composição orçamentária e memórias de cálculos, disponibilizamos a planilha LISTAGEM DE BENS E SERVIÇOS POR ELEMENTO DE DESPESA (contemplando os itens 11.1 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - 339036, 11.2 - ENCARGOS - 339047, 11.3 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - 339039, 11.4 - PASSAGENS - 339033, 11.5 - DIÁRIAS - 339014, 11.6 - MATERIAL DE CONSUMO - 339030, 11.7 - MATERIAL PERMANENTE - 449052) em anexo à Proposta em arquivo aberto para visualização de todas as métricas utilizadas para composição orçamentária. O arquivo foi disponibilizado no anexo do *e-mail* da Proposta com nomenclatura **2021.02.11 - PROJETO JUNTOS PELO ARAGUAIA - MDR.xls**.

12. PLANO DE APLICAÇÃO

Tabela 4 – Plano de aplicação consolidado

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA DESPESA	CONCEDENTE	PROONENTE	VALOR TOTAL
339036	PESSOA FÍSICA	R\$ 35.957.400,00	R\$ -	R\$ 35.957.400,00
339047	ENCARGOS	R\$ 39.721.140,00	R\$ -	R\$ 39.721.140,00
339039	PESSOA JURÍDICA	R\$ 43.874.930,88	R\$ -	R\$ 43.874.930,88
339033	PASSAGENS	R\$ 155.733,12	R\$ -	R\$ 155.733,12
339014	DIÁRIAS	R\$ 5.829.600,00	R\$ -	R\$ 5.829.600,00
339030	MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 24.343.439,42	R\$ -	R\$ 24.343.439,42
449052	MATERIAL PERMANENTE	R\$ 3.266.474,15	R\$ -	R\$ 3.266.474,15
	TOTAL	R\$ 153.148.717,57	R\$ -	R\$ 153.148.717,57

13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Tabela 5 – Cronograma de desembolso – 1.º ano

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - 1º ANO			
AÇÃO	RECURSO	DATA INICIAL	DATA FINAL
META 1	R\$ 2.148.422,53		
Etapa 1	R\$ 2.148.422,53		
META 2	R\$ 7.651.765,37		
Etapa 1	R\$ 7.651.765,37		
Etapa 2	R\$ -		
Etapa 3	R\$ -		
META 3	R\$ -		
Etapa 1	R\$ -		
META 4	R\$ 4.972.497,54		
Etapa 1	R\$ 4.972.497,54		
TOTAL ANO	R\$ 14.772.685,44		

Tabela 6 – Cronograma de desembolso – 2.º ano

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - 2º ANO			
AÇÃO	RECURSO	DATA INICIAL	DATA FINAL
META 1	R\$ 2.148.422,53	1º mês	12º mês
Etapa 1	R\$ 2.148.422,53		
META 2	R\$ 35.591.140,31		
Etapa 1	R\$ 4.429.969,42		
Etapa 2	R\$ 27.460.756,96		
Etapa 3	R\$ 3.700.413,94		
META 3	R\$ 5.851.489,59		
Etapa 1	R\$ 5.851.489,59		
META 4	R\$ 4.972.497,54		
Etapa 1	R\$ 4.972.497,54		
TOTAL ANO	R\$ 48.563.549,98		

Tabela 7 – Cronograma de desembolso – 3.º ano

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - 3º ANO			
AÇÃO	RECURSO	DATA INICIAL	DATA FINAL
META 1	R\$ 2.148.422,53		
Etapa 1	R\$ 2.148.422,53		
META 2	R\$ 35.188.415,82		
Etapa 1	R\$ 4.027.244,93		
Etapa 2	R\$ 27.460.756,96		
Etapa 3	R\$ 3.700.413,94		
META 3	R\$ 5.851.489,59		
Etapa 1	R\$ 5.851.489,59		
META 4	R\$ 4.972.497,54		
Etapa 1	R\$ 4.972.497,54		
TOTAL ANO	R\$ 48.160.825,49		

Tabela 8 – Cronograma de desembolso – 4.º ano

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - 4º ANO			
AÇÃO	RECURSO	DATA INICIAL	DATA FINAL
META 1	R\$ 2.148.422,53		
Etapa 1	R\$ 2.148.422,53		
META 2	R\$ 19.607.830,38		
Etapa 1	R\$ 4.027.244,93		
Etapa 2	R\$ 13.730.378,48		
Etapa 3	R\$ 1.850.206,97		
META 3	R\$ 3.900.993,06		
Etapa 1	R\$ 3.900.993,06		
META 4	R\$ 4.972.497,54		
Etapa 1	R\$ 4.972.497,54		
TOTAL ANO	R\$ 30.629.743,51		

Tabela 9 – Cronograma de desembolso – 5.º ano

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - 5º ANO			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - 5º ANO			
AÇÃO	RECURSO	DATA INICIAL	DATA FINAL
META 1	R\$ 2.148.422,53		
Etapa 1	R\$ 2.148.422,53		
META 2	R\$ -		
Etapa 1	R\$ -		
Etapa 2	R\$ -		
Etapa 3	R\$ -		
META 3	R\$ 3.900.993,06		
Etapa 1	R\$ 3.900.993,06		
META 4	R\$ 4.972.497,54		
Etapa 1	R\$ 4.972.497,54		
TOTAL ANO	R\$ 11.021.913,14		

14. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS METAS/FASE

Tabela 10 – Metas e etapas mensais do Projeto

METAS	ETAPAS	PERÍODO (MÊS)											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Meta 1	Etapa.1.1												
Meta 2	Etapa 2.1												
	Etapa 2.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Etapa 2.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Meta 3	Etapa 3.1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Meta 4	Etapa 4.1												
METAS	ETAPAS	PERÍODO (MÊS)											
		13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Meta 1	Etapa.1.1												
Meta 2	Etapa 2.1												
	Etapa 2.2												
	Etapa 2.3												
Meta 3	Etapa 3.1												
Meta 4	Etapa 4.1												
METAS	ETAPAS	PERÍODO (MÊS)											
		25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Meta 1	Etapa.1.1												
Meta 2	Etapa 2.1												
	Etapa 2.2												
	Etapa 2.3												
Meta 3	Etapa 3.1												
Meta 4	Etapa 4.1												

METAS	ETAPAS	PERÍODO (MÊS)											
		37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48
Meta 1	Etapa.1.1												
Meta 2	Etapa 2.1												
	Etapa 2.2												
	Etapa 2.3												
Meta 3	Etapa 3.1												
Meta 4	Etapa 4.1												

METAS	ETAPAS	PERÍODO (MÊS)											
		49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Meta 1	Etapa.1.1												
Meta 2	Etapa 2.1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Etapa 2.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Etapa 2.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Meta 3	Etapa 3.1												
Meta 4	Etapa 4.1												

15. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O sistema de monitoramento e avaliação proposto pelo Instituto Espinhaço para o projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2 visa garantir uma gestão e uma implementação eficiente do Projeto e também processos inteligentes de tomada de decisão, participação social, contribuições técnicas bem como a sustentabilidade futura do Projeto, com transparência, *accountability* e responsividade, por meio de um processo integrado de reporte ao Governo, ao financiador e à sociedade, conectando iniciativas já existentes no território do Projeto.

Segundo Slack (2009), “*as medidas monitoradas de desempenho de projeto precisam ser avaliadas de modo que o gerenciamento do projeto possa, a qualquer momento, julgar o desempenho global.*” A proposta de monitoramento e avaliação do projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2 é apresentada em uma composição de três ferramentas: Rede de Governança, Gestão de Risco e Relatório de Monitoramento do Projeto.

a. Gestão e Rede de Governança

Visando implementar processos inovadores de gestão e governança para o projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2, o Instituto Espinhaço propõe a estruturação de uma equipe de Gestão do Projeto, com o objetivo de garantir que os objetivos, as metas e as etapas previstos sejam alcançados com o apoio de Núcleos de Operações que serão criados, tais como: Núcleo de Administração, Finanças & Aquisições; Núcleo de Comunicação Transversal; Núcleo de Inteligência de Dados; Núcleo de Avaliação & Monitoramento; e Núcleo de Participação Social & Cidadania. Todos os Núcleos possuem escopo de atribuições bem definidos e se reportarão à Gestão do Projeto de forma coordenada. O Núcleo de Administração, Finanças & Aquisições, por exemplo, contará também com supervisão estratégica do Conselho Fiscal do Instituto Espinhaço, que estará responsável por coordenar as auditorias preventivas internas e também verificar o cumprimento administrativo e financeiro dos contratos e aquisições do Projeto, anualmente, junto aos fornecedores e prestadores de serviços, respeitando os princípios e as melhores práticas de gestão de projetos, princípios de contabilidade, de eficiência, de ética e transparência.

A equipe executiva de Gestão do Projeto tem como objetivo garantir um processo continuado de *Compliance & Accountability* em todas as fases de implementação do Projeto. No bojo das atribuições de parceiros envolvidos no processo de operações do Projeto, apresentamos as instituições (**conforme ITEM V – INSTITUIÇÕES PARCEIRAS – ANEXO I**) representando o poder público e beneficiários diretos nas operações e monitoramento da rede de governança: Governo do Estado de Goiás, através da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, Prefeitura Municipal de Caiapônia, Prefeitura Municipal de Baliza, Prefeitura Municipal de Arenópolis, Prefeitura Municipal de Iporá, Sindicato Rural de Caiapônia, Sindicato Rural de Arenópolis, Sindicato Rural de Baliza, Sindicato Rural de Diorama e Sindicato Rural de Iporá. Esse arranjo está em sinergia com o **ITEM 7 – ANEXO 3 – DETALHAMENTO DE CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**, “*Metodologia de monitoramento factível à participação dos beneficiários e demais instituições parceiras do território*”.

b. Gestão de Riscos

A análise de risco proposta pelo Instituto Espinhaço para o projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2 visa prevenir eventos que possam comprometer a implementação do Projeto. Todo Projeto tem riscos internos, sobre os quais há controle e, por isso, se torna necessário prevenir e tomar todas as ações para que o risco não se concretize, o que acontece por meio de ações preventivas. Por outro lado, há riscos inerentes do Projeto sobre os quais as instituições não possuem controle e que demandam ações também mitigadoras de seus impactos.

Nesse cenário, identificados os riscos, o Instituto Espinhaço vai elaborar o Plano de Gestão de Riscos para que o Projeto tenha capacidade de responder, caso algum evento de risco se confirme no decorrer da implementação do Projeto. Para isso, será elaborada uma matriz de riscos para acompanhamento e tratativas preventivas e corretivas ao longo do projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2.

c. Reporte de Monitoramento

A linha de reporte e monitoramento do Projeto visa apresentar os avanços das operações com uma periodicidade, preferencialmente a mesma do cronograma de desembolso, com as informações de planejamento e controle do Projeto. As informações sugeridas são: marcos na linha do tempo do Projeto com suas fases; progresso físico com percentuais (planejado e executado no período e acumulado); pontos de atenção; riscos, ressalvas e possíveis desdobramentos do Projeto; relatório de atividades contendo descritivo com locais, datas de efetivação, *status* e observações, relatório fotográfico, controle de documentos, registros de relação com o cliente, relação com *stakeholders* e comunicação do Projeto.

Esse modelo de relatório de monitoramento consta na planilha em anexo à Proposta, em arquivo aberto, para visualização de todas as métricas utilizadas para o reporte de monitoramento. Arquivo disponibilizado no anexo do *e-mail* da Proposta, com nomenclatura **2021.02.11 – PROJETO JUNTOS PELO ARAGUAIA – MDR.xls**.

16. FUTURO DO PROJETO

Durante todas as fases de elaboração do Juntos Pelo Araguaia – Fase 2 e quando de sua futura implementação, a temática da sustentabilidade futura é transversal e inclui gerar as condições necessárias para que o Projeto tenha continuidade e capilaridade por meio do engajamento social de organizações, Governo do Estado, Governo Federal, governos locais, lideranças sociais e produtores rurais. Assim como descreve um dos objetivos específicos do Projeto, é de fundamental importância sensibilizar, mobilizar e engajar proprietários e produtores rurais para as ações de restauração florestal em áreas de preservação permanente e áreas de recarga hídrica, promovendo o aumento da produção de água em qualidade e quantidade para a indústria do agronegócio, com a recuperação de áreas degradadas e promoção da segurança hídrica na bacia do Alto Rio Araguaia.

O processo de engajamento social para o projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2 prevê e propõe um equilíbrio entre os valores ecológicos, econômicos e sociais associados às práticas de recomposição da vegetação e à conservação de solo e água, para a revitalização da bacia hidrográfica, visando à sua futura sustentabilidade. É preciso observar que os processos de sensibilização, mobilização social integrada e engajamento de produtores rurais devem desenvolver a observação crítica do território, à luz de uma gestão integrada, despertando reflexões essenciais para a população beneficiada por ações que objetivem a recuperação ambiental em um determinado território, tendo em vista que a cultura determina um território e o seu uso. As reflexões precisam estar em sintonia com os desejos das pessoas em participar ativamente de um processo de mudança de comportamentos, paradigmas e sustentabilidade futura. Desse modo, o processo de engajamento social para o projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2 prevê e propõe um equilíbrio entre os valores ecológicos, econômicos e sociais associados às práticas de recomposição da vegetação e à conservação de solo e água, para a revitalização da bacia hidrográfica, restauração de áreas de preservação permanente e contenção de processos erosivos. O envolvimento das populações ao longo da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Araguaia para a restauração do capital natural vai, consequentemente, fortalecer o capital social e gerar novos valores e novos comportamentos no território da bacia.

Outro aspecto importante para a sustentabilidade futura do Projeto é a Educação Ambiental transversal e transdisciplinar associada a Gestão Integrada de Territórios, como um dos mecanismos que proporciona a disseminação da mensagem mobilizadora e promove a participação social, com objetivo de promover, simultaneamente, a compreensão a respeito do propósito do Projeto e, também, o engajamento das pessoas motivadas pela emoção, gerando conectividade e a consequente noção de causa e efeito das ações humanas no ambiente natural. Tal visão permitirá, sobretudo, o controle social e a visão colaborativa da governança das águas. A população organizada, informada e atuante criará um novo ciclo virtuoso para alcançar a cidadania ativa, com a visão clara sobre a “*res publica*” e o princípio de autorresponsabilidade, gerando potencial crítico para observar e cumprir seus deveres de não degradar e não desperdiçar o recurso natural, tendendo a contribuir para a sustentabilidade futura das ações propostas pelo projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2.

Adicionalmente, este Projeto propõe ainda que a Equipe Operacional e Técnica de Campo seja responsável pela implementação operacional das atividades e ações de campo, previstas para sua ordenada implementação, que inclui (mas não se limita a ela) a seleção de sementes; expansão da

capacidade de produção de mudas de espécies florestais nativas do Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável do Instituto Espinhaço, instalado no município de Piranhas (GO); preparação do solo e plantio; mobilização local e engajamento de proprietário rurais para o plantio em terras privadas; construção e manutenção de pequenos barramentos; implementação de sistemas de conservação de solo e água, irrigação, recomposição vegetal; e monitoramento técnico de campo. Todas essas ações e estruturas ficarão disponíveis para replicação do Projeto em outras áreas geográficas do estado, preferencialmente a jusante da Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia, sendo esse um investimento claro para a sustentabilidade futura do Projeto após sua primeira fase de implantação, que permitirá não apenas a sustentabilidade mas também sua replicação.

Outro importante aspecto a se destacar na sustentabilidade futura do projeto Juntos pelo Araguaia – Fase 2 e sua replicação após a implementação das suas primeiras fases é a realização de monitoramento contínuo, que será capaz de redefinir a trajetória ambiental das áreas de intervenção e a identificação de novas áreas, ou mesmo a expansão das ações em âmbito local, como previsto nos processos de implantação. A sociedade civil e suas instituições representativas, o Governo Federal, o Governo do Estado, os governos locais e a iniciativa privada serão engajadas no processo de implementação do Projeto para garantir a sustentabilidade futura, em todas as fases, assim como o importante apoio previsto das Federações Estaduais de Agricultura e das instituições representativas, inclusive as de base comunitária engajadas no processo de implementação do Projeto, prevenindo a sua descontinuidade e reforçando a sua contribuição para elaboração de políticas públicas junto aos governos locais. De modo geral, o processo de mobilização social, estabelece redes, seja de pessoas, organizações, movimentos ou instituições, que se engajam em prol de objetivos, além das ações coletivas precursoras de relações que se travam e originam em uma sociedade de diversos contextos, histórias e interesses: todos em direção à sustentabilidade futura do Projeto.

O planejamento vinculado ao programa Juntos pelo Araguaia é de que ocorra a expansão de sua área de abrangência geográfica, sendo necessária a realização de mapeamentos de novas áreas prioritárias pela bacia do Rio Araguaia e a replicação do Projeto utilizando-se da estrutura, da governança, do engajamento e dos recursos já disponíveis, além de novos entrantes da iniciativa privada, aportes decorrentes de políticas públicas locais, regionais ou mesmo federais e do desejo local dos produtores por replicar algo que traz real benefício à produção de água em regiões de alto grau de vulnerabilidade social e risco ambiental ou econômico.

17. REFERÊNCIAS

CARVALHO, H. do E. S. 2017. **Capacidade de infiltração de "barraginhas" em dois solos do Distrito Federal.** Dissertação de mestrado submetida ao programa de Pós-Graduação em agronomia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em agronomia.

CARVALHO, Luziano de. “Estiagem causa baixos níveis de água e preocupa população do Araguaia” [Entrevista concedida a Kayc Alves] . **Rádio Eldorado FM**, jun. 2017. Disponível em: <http://eldorado.fm/noticias/norte-araguaia/1192-estiagem-causa-baixos-niveis-de-agua-e-preocupa-populacao-do-araguaia.html>. Acesso em: 13 fev. 2021.

CARVALHO, Luziano de. “Em alguns anos vamos ver o Rio Araguaia seco. É algo até óbvio” [Entrevista concedida a Cesar Santos e Elder Dias]. **Jornal Opção**, 24 jun. 2017. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/em-alguns-anos-vamos-ver-o-rio-araguaia-seco-e-algo-ate-obvio-98197/>. Acesso em: 13 fev. 2021.

INDICADORES socioeconômicos. **Instituto Mauro Borges**, 2018-2021. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/estatisticas/produtos/s%C3%ADntese-de-indicadores-socioecon%C3%B4micos.html>. Acesso em: 07 fev. 2021.

INSTITUTO Mauro Borges. **Relatório de Assessoramento Estratégico – Diagnóstico econômico e social de Goiás.** Estado de Goiás: Secretaria de Estado da Economia, 2019. 121 pgs. Disponível em: http://www.ppa.go.gov.br/arquivos/estudo_imb.pdf. Acesso em: 07 fev. 2021.

MDR-UFGV. Programa Juntos pelo Araguaia. Metodologia de Definição de Áreas Prioritárias para Recuperação Ambiental. Relatório final. Universidade Federal de Viçosa, abril, 2020.

PACTO pela Restauração da Mata Atlântica. **Referencial dos conceitos e ações de restauração florestal** [organização e edição de texto: Ricardo Ribeiro Rodrigues, Pedro Henrique Santin Brancalion, Ingo Isernhagen]. São Paulo: LERF/ESALQ: Instituto BioAtlântica, 2009.

PACTO pela Restauração da Mata Atlântica. **Protocolo de monitoramento para programas e projetos de restauração florestal.** Ricardo Ribeiro Rodrigues (Coordenador), Aurélio Padovezi, Fabiano Turini Farah, Letícia Couto Garcia, Lucas Dias Sanglade, Pedro Henrique Santin Brancalion, Rafael Barreiro Chaves, Ricardo Augusto Gorne Viani, Tiago Egydio Barreto, Bernardo Strassburg, Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza, Ricardo Augusto Gorne Viani. Araras: UFSCar-CCA/Araras, 2013.

PIB Trimestral do Estado de Goiás. **Instituto Mauro Borges**, 2018-2021. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/estudos/informes-t%C3%A9cnicos/produto-interno-bruto-trimestral-do-estado-de-goi%C3%A1s.html>. Acesso em: 07 fev. 2021.

PIRES, F. R.; SOUZA, C. M. **Práticas mecânicas de conservação do solo e da água.** 2. ed. Viçosa: UFV, 2006.

PRODUTO Interno Bruto – estudo. **Instituto Mauro Borges**, 2018-2021. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/estudos/produto-interno-bruto.html>. Acesso em: 07 fev. 2021.

SISTEMA de Contas Regionais – SCR. **IBGE**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 07 fev. 2021.

SLACK, NIGEL. **Administração da Produção**. 3. ed. São Paulo: [s.e.], 2009.